



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL
DE DOIS MIL E TREZE**

-----Aos vinte e nove dias de abril de dois mil e treze, pelas 10h00 horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

UM: *Exposição do Senhor Presidente da Câmara;* -----

DOIS: *Relatório Anual de Avaliação de Atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó, referente ao ano de 2012;* -----

TRÊS: *Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2012.* -----

QUATRO: *Pedido de Aprovação da 4.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, que se traduz na 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal.* -----

CINCO: *Informações n.ºs 64/2013 e 83/2013 da Divisão Municipal Financeira para Aprovação dos Encargos Plurianuais.* -----

----- **PRESIDENTE DA MESA** - Sr. Eng. João Manuel Gouveia da Costa na ausência do Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos, convidou a Membro Filomena Margarida Gonçalves Marques a assumir o lugar, iniciando assim os trabalhos acompanhado pela Primeira Secretária D.ª Filomena Margarida Gonçalves Marques e pela Segunda Secretária D.ª Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os seguintes Membros: - Carlos Filipe Mesquita Gomes, Maria Benedita Gonçalves Magalhães Sampaio e António Manuel Veiga Lobo Figueiredo Barros. -----

Faltaram por motivo injustificado os seguintes Membros: Humberto João Barbosa dos Santos, Pedro Miguel Sousa Botelho do Souto, Isabel Maria Carvalho da Veiga Vieira, Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias, Márcio Miguel Monteiro Ribeiro e Laurindo Mondim Miranda. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29

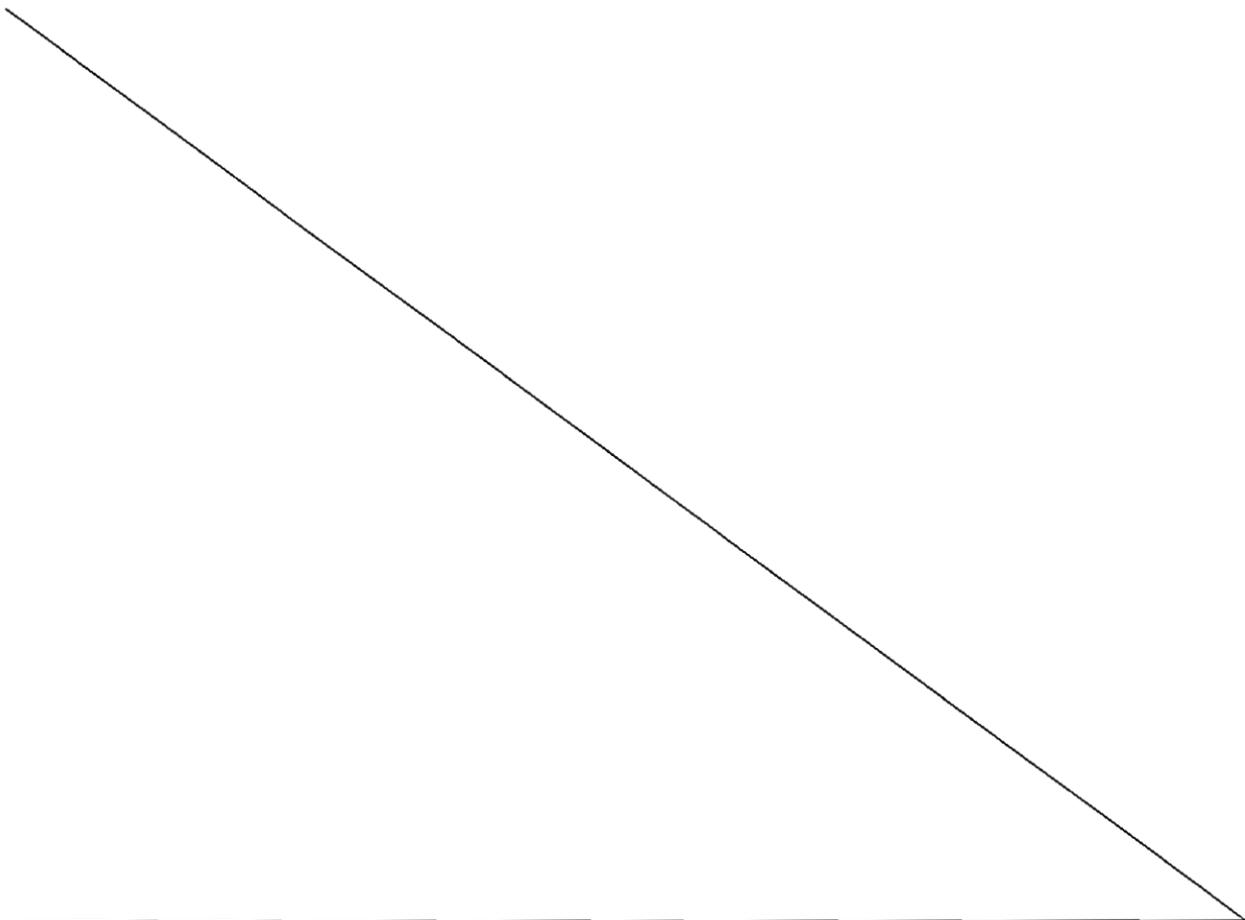


ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Coloca à discussão a Ata da Sessão Ordinária do dia 28 de fevereiro de dois mil e treze, e abre período de inscrições, não se tendo inscrito nenhum Membro. Coloca a votação a Ata da Sessão Ordinária do dia 28 de fevereiro de dois mil e treze, sendo aprovada por maioria de votos, com 24 votos a favor e 3 abstenções, dos Membros Pedro Pimentel, Miguel Cartageno e Arminda Ferreira, por não terem estado presentes na última Sessão. -----

Dá início ao Período de *Antes da Ordem do Dia*, e introduz o *Ponto Um "Exposição do Senhor Presidente da Câmara"* (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Membros e cujo teor é o que se segue). -----



Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Deslumbrante Património Natural

EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA

Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 63.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a atividade do Município respeitante aos meses de fevereiro 2013 (segunda quinzena) a abril 2013 (primeira quinzena).

1 – Situação Financeira da Autarquia

À data da presente informação, a Câmara Municipal de Alijó tem em dívida a fornecedores sensivelmente 9,3 milhões de euros. Desta dívida, que engloba dívida corrente e dívida de investimento, a dívida a fornecedores de imobilizado (investimento) representa cerca de 41%. Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais, encontrando-se em dívida cerca de 13,4 milhões de euros. A dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento. De salientar que, após aprovação do Programa de Apoio à Economia Local, e Reequilíbrio Financeiro, aprovado pelos Órgãos Executivo e Deliberativo do Município, foi comunicado, através de ofício em 31/12/2012, o mesmo já foi publicado em Diário da República, cujo despacho se transcreve:

Despacho n.º 4370/2013

"A Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, criou o Programa de Apoio à Economia Local, adiante também designado por PAEL, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-geral das Autarquias Locais (DGAL), à data de 31 de Março de 2012.

O PAEL foi objeto de regulamentação pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais.

O Município de Alijó encontrava-se em situação de desequilíbrio financeiro estrutural a 31 de dezembro de 2011. O pedido de adesão ao PAEL apresentado pelo Município foi instruído com um plano de ajustamento financeiro que incorporou o plano de reequilíbrio financeiro, aprovado por deliberação da respetiva Assembleia Municipal, sob proposta de Câmara Municipal.

O Município, depois de esgotadas as possibilidades de recurso a outros mecanismos conducentes ao restabelecimento de uma situação financeira equilibrada, nomeadamente a adoção de um plano de saneamento financeiro, declarou, em sessão de respetiva Assembleia Municipal realizada a 28 de setembro de 2012, a situação de desequilíbrio financeiro estrutural e aprovou o respetivo plano em

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telf.: 259 957 100
Fax: 259 950 738

Original - Autarquia

Formulário A.4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

cumprimento dos requisitos legais exigíveis, nomeadamente os constantes do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março;

Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, compete e decisão sobre aquele plano de reequilíbrio financeiro e a consequente celebração de contrato de reequilíbrio financeiro entre o Município e uma instituição de crédito.

O Município de Alijó reúne assim as condições legalmente exigidas para integrar o Programa I do PAEL e simultaneamente ser autorizado a celebrar um contrato de mútuo, no valor aprovado pelos órgãos municipais, com uma instituição de crédito, ao abrigo do contrato de reequilíbrio financeiro, obrigando-se, por conseguinte, ao cumprimento das medidas estabelecidas no respetivo plano de reequilíbrio financeiro bem como a divulgar no sítio oficial de Internet, em edital afixado nos lugares de estilo e, caso exista, no boletim da autarquia, o pedido de adesão ao Programa e o contrato celebrado com o Estado, incluindo todos os documentos anexos.

Apresentada pela Comissão de Análise uma proposta de decisão final com base no Plano de Ajustamento Financeiro apresentado pelo Município, incluindo os documentos produzidos no seu âmbito, assim como a minuta de contrato a celebrar entre o Estado e o Município, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º, da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto e do n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 261-A/2012, de 14 de setembro, determina-se o seguinte:

1. É aprovado o pedido de adesão ao Programa I do PAEL e aceite o Plano de Ajustamento Financeiro apresentado pelo Município de Alijó que pressupõe um reequilíbrio financeiro no valor de € 15.511,086,86.
2. É autorizada a concessão de um empréstimo pelo Estado até ao valor de € 4.790.341,47 pela maturidade de 20 anos, nos termos da minuta do contrato apresentado pela Comissão de Análise do PAEL e condicionado à celebração prévia do contrato de reequilíbrio financeiro a que se alude no número seguinte.
3. É aprovado o plano de reequilíbrio financeiro, elaborado em articulação com o Plano de Ajustamento Financeiro previsto no artigo 5.º, n.º 2, da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, ficando o Município autorizado a celebrar um contrato de reequilíbrio financeiro, até ao valor de € 15.511,086,86, com qualquer instituição autorizada a conceder crédito, nos termos do n.º 5 do artigo 41.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março.
4. Do contrato de reequilíbrio financeiro deverão obrigatoriamente constar as cláusulas necessárias ao cumprimento do disposto no plano de reequilíbrio financeiro definido pelo Município em questão, nomeadamente a descrição detalhada das dívidas a que o empréstimo se destina.
5. O Município, após o pagamento das dívidas, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, deve dar conhecimento desse facto ao membro do Governo responsável pela área das autarquias locais, enviando para o efeito os respetivos comprovativos de pagamento.

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 950 738

Ordn. n.º 4/2013

Folha n.º 4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

MCS
5
Amor



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

6. Fica o Município vinculado à adoção das medidas constantes do plano de ajustamento e reequilíbrio financeiro apresentado, bem como ao cumprimento dos objetivos e medidas legalmente previstas.

7 de março de 2013. — A Secretária de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, *Ana Rita Gomes Barosa*. — O Secretário de Estado do Orçamento, *Luis Filipe Bruno da Costa de Morais Sarmiento*. — A Secretária de Estado do Tesouro, *Maria Luísa Casanova Morgado Dias da Albuquerque*."

O processo seguirá posteriormente para visto do Tribunal de Contas.

Neste momento, os montantes aprovados ainda não entraram nos cofres da Câmara pelo que, os pagamentos das dívidas não foram ainda efetuados.

2 – Atividade do Município

Atividade administrativa e de prestação de serviços

Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afetos, encaminhando os cidadãos para os serviços respetivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei.

Atividade cultural e desportiva

Atividade cultural

Auditério Municipal

De 20 de Fevereiro a 16 de Abril

Ações pagas

Título	Tipo	Sessões	Bilhetes Vendidos	Mês
A Origem dos Guardiões	Filme	2	49	Fevereiro
Sammy 2	Filme	2	32	Março
O Impossível	Filme	2	33	Abril
Django Libertado	Filme	1	23	

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 730

Original - Agenda

Formulário A-1

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Ações gratuitas

Título	Tipo	Sessões	Espectadores	Mês
Sessão de esclarecimento do IVDP	Reunião	1	25	Fevereiro
Concerto da Amizade	Música	1	251	Março
Sessão de divulgação para agricultores	Reunião	1	50	
O livro dos Escuteiros: 100 anos da AEP-90 anos do CNE	Apresentação de Livro	1	130	Abril
Congregação Alijó – Testemunhas de Jeová	Reunião	1	50	

Espaço Internet

Fevereiro

Total Utilizadores	Média de Idades
672	22.6

Março

Total Utilizadores	Média de Idades
567	21.1

Abril

Total Utilizadores	Média de idades
332	20.6

- Até ao dia 13

Biblioteca Municipal

Mês	Utilizadores da Biblioteca
Fevereiro*	263
Março	473
Abril**	261
Total	997

* A partir do dia 19 (inclusive)

** Até ao dia 12 (inclusive)

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Tel.: 259 957 100
Fax: 259 059 738

Oficina: Agoria

Formulário A.4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>
Fevereiro*	1	131
Março	6	202
Abril**	1	108
Total	7	441

* A partir do dia 19 (Inclusive)

** Até ao dia 12 (Inclusive)

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Livros requisitados</u>
Fevereiro*	257
Março	614
Abril**	244
Total	1015

* A partir do dia 19. (Férias Escolares)

** Até ao dia 12 (Inclusive)

Atividades Realizadas:*

- "Nós vamos lá!", leitura ao domicílio.
 - "Olho vivo, orelha fieta..."
 - "A esquinha da flor."
 - Participação na "Semana da Leitura" na Escola do Pinhão."
 - "Promoção da Leitura" na APPCDM de Alijó."
 - Exposição "Biografia de Natália Correia."
 - Exposição "Biografia de Gil Vicente."
- *Referentes ao período de 19 de Fevereiro 2012 a 12 de Abril de 2013.

Museu do Pão e do Vinho

Março / Abril 2013

- Nestas férias da Páscoa no Museu experimentaram-se novas formas de aprendizagem lúdica numa "Oficina de Formação Cívica", destinada aos mais novos, que decorreu nos dias 19, 20, 21, 22, 26 e 27 de março, entre as 14 e as 17.30 horas.

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Tel.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Distrito Agrícola

Fornada A-1

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

- **Síntese do Programa**
- **Dia 19:** - "O que é ser Bombeiro Voluntário?" – Ateliê em parceria com os Bombeiros Voluntários de Favalos.
- **Dia 20:** - "O que é isto? E aquilo?" – Passeio pelas ruas de Favalos à descoberta de pormenores do património edificado.
- **Dia 21:** - "E se eu fosse escuteiro?" – Ateliê em parceria com o Agrupamento de Escuteiros de Favalos.
- **Dia 22:** - "A vida é um palco" – Oficina de iniciação ao teatro em colaboração com a OFITEFA.
- **Dia 26:** - "O caminho faz-se caminhando" – Caminhada até ao monte de Santa Bárbara orientada por técnicos de desporto de CMA.
- **Dia 27:** - "Nós somos a Primavera" – Desfile, pelas ruas de Favalos, com os trajes elaborados pelos técnicos do Museu.
- **Outras atividades:** visualização de filmes; amassar e cozer pão; estórias de adormecer...
- **Exposição "Entre o Vinho e o Pão":**
- Preparámos, em conjunto com o autor Ricardo Ramalhos, uma exposição de fotografia alusiva ao Teatro António Augusto Assunção (espaço físico) e à OFITEFA (grupo de teatro) que está patente no Museu entre 20 de Março e 20 de Abril.
- Inventariámos e preparámos a exposição do acervo doado ao Museu pelas beneméritos: Maria Teresa Teixeira e Hélio Cunha.
- **Inventário da doação:**
- 1- Utopia, pintura, óleo s/ tela, 60x123 cm (1996)
- 2- Münchhausen, pintura, óleo s/ tela, 80x70 cm (2010)
- 3- O Unicórnio, pintura, óleo s/ tela, 66x69 cm (2006)
- 4- Plenície de Cristal, pintura, óleo s/ tela, 56x64 cm (2004)
- 5- Os Frutos Prateados da Lua, pintura, óleo s/ tela, 80x60 cm (1996)
- 6- As Grades de Prata, pintura, óleo s/ tela, 80x80 cm (1999)
- 7- Os Quatro Elementos, pintura, óleo s/ tela (2002)
- 8- A Pedra do Firmamento, pintura, óleo s/ tela, 40x60 cm (2002)
- 9- O Colecionador, pintura, óleo s/ tela, 73x92 cm (2006)
- 10- Cotovia Crepuscular, pintura, óleo s/ tela, 66x38 cm (1982)
- 11- Apoteose de Ícaro, pintura, óleo s/ tela, 70x90 cm (2008)
- 12- Flutuando, pintura, óleo s/ tela, 50x61 cm (2004)
- 13- Hora de Véspera, pintura, óleo s/ tela, 50x61 cm (2000)
- 14- Minotauro, pintura, óleo s/ madeira, 64x36 cm (1984)
- 15- Parsifal, pintura, óleo s/ tela, 60x70 cm (2010)
- 16- Três Versões Diferentes da Meame Colsa, pintura, óleo s/ tela, triplíco, 110x166 cm (2008)
- 17- Ablismo do Paraíso, pintura, óleo s/ tela, 66x54 cm (1990)
- 18- Sibéria, pintura, óleo s/ tela, 60x73 cm (2008)

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJO
Telo.: 259 957 100
Fax: 259 950 738

Distrital - Alijó

Formulário 1

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials in blue ink.



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

- 19- Monóllito, pintura, óleo s/ tela, 60x73 cm (2006)
- 20- Passagem, pintura, óleo s/ tela 60x73 cm (2009)
- 21- Recife, pintura, óleo s/ tela, triplico, 70x150 cm (1999)
- 22- A Melhor maneira de viajar, pintura, óleo s/ tela, 80x80 cm (1998)
- 23- Trópico, pintura, óleo s/ tela, 60x80 cm (1998)
- 24- Harofante, pintura, óleo s/ tela, 60x55 cm (1988)
- 25- Alcatela, pintura, óleo s/ tela, 65x810 cm (1994)
- 26- As Máquinas do Esquecimento, pintura, óleo s/ tela, 57x72 cm (1984)
- 27- Invasão, pintura, óleo s/ tela, 65x85 cm (1994)
- 28- Refúgio, pintura, óleo s/ tela, 65x80 cm (1986)
- 29- Terra-Mãe, desenho, chine s/ papel, estudo para a pintura que faz parte das coleções de arte do Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado, 25x28 cm (1986)
- 30- Elétrico do Guincho, pintura, óleo s/ cartão prensado, 58x72 cm (1982)
- 31- Regresso de Ulisses, pintura, óleo s/ tela, 37x44 cm (1986)
- 32- Táxi, pintura, óleo s/ tela, 60x60 cm (1999)
- 33- Reencontro dos Amantes, pintura, óleo s/ cartão prensado, 37x50 cm (1988)
- 34- Valquíria, pintura, óleo s/ tela, 60x80 cm (1998)
- 35- Uma Questão de Equilíbrio, pintura, óleo s/ tela, 55x44 cm (1980)
- 36- Retrato de Teresa Teixeira, desenho, grafite/papel, 17x13 cm (1980)
- 37- Figura Solitária, escultura, 15x11 cm (1984)
- 38- Óperas de Wagner: (Valquíria 4 CDs; Parsifal 4 CDs; Tristão e Isolda 4 CDs; Tannhäuser 3 CDs; Navio Fantasma 2 CDs)
- 39- Astrolábio Náutico Português de 1868, em bronze, com o respetivo suporte de madeira (Museu de Marinha, Belém)
- 40- Espada de D. Nuno Álvares Pereira (Museu Militar de Lisboa)
- 41- Time / Life Library of Art, coleção de arte em 23 volumes
- 42- Espada D. Afonso Henriques (Museu Militar do Porto, anteriormente no Museu Soares dos Reis)
- 43- Montante de Duas Mãos do Infante D. Henrique (Museu da Lisboa)
- 44- Vitrina de Madeira para a espada de D. Nuno Álvares Pereira
- 45- Cera especial para proteção do item 40
- 46- Medalhas: 1.º Prémio em pintura, Comemoração o Centenário das Telecomunicações, 1982; 1.º Prémio em pintura Portugal Telecom (TLP), 1988; 2.º Prémio em pintura Portugal Telecom (TLP), 1988; 1.º e 2.º Prémios em pintura e 1.º Prémio em Literatura Portugal Telecom (TLP), 1984; 3.º Prémio Portugal Telecom (TLP), 1989; Participação na Exposição comemorativa dos 20 anos do 25 de Abril; Oferta de Mestre Soares Branco; Participação na exposição de apoio ao IAC, 1993; Três estojos para medalhas, forrados a veludo azul.
- 47- História de Portugal, Reader's Digest, em três volumes + Os Descobrimientos Portugueses em um volume
- 48- História da Arte Alfa, volumes de 1 e 10

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJO
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Geral Agência

Formata A4

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date: 10



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

- 49- Pasta com documentos comprovativos da existência de quadros em museus e/ou participações em exposições: Associação 25 de Abril; Sociedade Nacional de Belas Artes; Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado; Museu da Marinha; Fundação Eng. António de Almeida, Porto; Museu de Macau, China; Fundação Oriente; Alfa Laval Art Association, Lund, Suécia; Museu do Estado do Recife, Brasil; Walsall Metropolitan Museum, Birmingham, Inglaterra; Museu Municipal de Sintra; Museu Conde de Castro Guimarães, Cascais; Câmara Municipal de Vila Real; Museu Luís de Camões, Macau, China; Bloxwich Golf Club, Inglaterra; Fundação Portuguesa de Cardiologia; Museu Municipal do Sabugal; Câmara Municipal de Vendas Novas; Exposição no Museu da Água, Lisboa; Exposição no Walsall Metropolitan Museum, Birmingham; Percepções perante a Doença de Alzheimer, exposição no Centro Cultural de Belém; Exposição no Salão Nobre da Alfândega do Porto, Cruz Vermelha Portuguesa; Recensão Interativa a Hélio Cunha, Introdução de Rui Neves, a uma exposição de Hélio Cunha no Lisboa Pente Hotel; Fundação Cupertino de Miranda, via Câmara Municipal de Amadora; Exposição no Museu da Água; Participação no 1º Salão Nacional de Artes Plásticas; Hospital da St. Maria; Junta de Freguesia da Penha de França (onde nasceu o pintor); Exposição *Art Meeting in London, Gallery 118*, Londres; Artexpo New York 2011, Nova Iorque; Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães; Museu Nacional da Cultura, Angola; London Catalog Foundation, Inglaterra; *Art Meeting in London*, Inglaterra; Pasta com recortes de jornais e revistas.
- 50- Duas serigrafias de Mestre Cruzelro Selxas, um desenho de Mestre Soares Branco (com dedicatória) e um desenho do poeta Ramos Rosa (com dedicatória).
- 51 - Uma pintura de Cruzelro Selxas (com dedicatória).
- 52 - Uma Escultura do Escultor Eduardo Nascimento (Diretor da Galeria Municipal da Amadora)
- 53 - Livro em formato digital com textos selecionados do pintor e que acompanha o Item 57.
- 54 - Estojo com caneta e esferográfica Montblanc Meisterstück.
- 55 - Pequena história de Grandes Nações, 12 volumes.
- 56- História da Arte, em 8 volumes.
- 57 - Deuses e Demónios da Medicina em dois volumes.
- 58 - Livros onde o pintor é mencionado: *Pintura Contemporânea Portuguesa; Criarte; 50 Anos de pintura e Escultura em Portugal; Arte na Planície; Zero Figura, Cruzelro Selxas; Zero Figura, Victor Lages; Zero Figura, José Ruy; Encontro de Artistas Plásticos 2006; Pintura Contemporânea Portuguesa.*
- 59 - *Peintures Néerlandaises*, 1 volume.
- 60 - *Historia Universal*, 4 volumes.
- 81 - *Maravilhas do Mundo*, 2 volumes.
- 63 - Serigrafia de Cruzelro Selxas, com moldura.
- 63 - Óperas de Wagner: *Velquíria (4 CDs); Parsifal (4 CDs); Tristão e Isolda (4 CDs); Tannhäuser (3 CDs); Navio Fantasma (2 CDs).*

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 250 957 100
Fax: 250 950 738

Geral@cm-alijo.pt

Folha 4

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

➤ **Número total de visitantes (Março/Abril) - 800 entradas**

O número de visitantes subiu consideravelmente pois tivemos em Março o programa das "Amendoalras em Flor" e, ainda em Março, começámos a receber 3 autocarros de turistas por semana (será assim até Novembro) num programa de colaboração com as empresas "Quinta da Avessada" e "Douro Azul".

Gabinete de Educação
Fevereiro / Abril / 2013

- Cedência de transportes escolares de forma totalmente gratuita para aluno de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico;
- Comparticipação de 50% do valor do passe de transporte escolar para alunos do Ensino Secundário;
- Fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º CEB e crianças de Educação Pré-Escolar;
- Disponibilização de recursos humanos para estabelecimentos de ensino;
- Implementação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento de horário) nos Jardins de Infância do concelho;
- Implementação do sistema de Ação Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 1º CEB e na Educação Pré-Escolar. Atualização permanente dos escalões de Ação Social Escolar;
- Cedência de transporte para algumas atividades lúdicas;
- Cedência de transporte para alunos com Necessidades Educativas Especiais do Agrupamento de Escolas de Alijó;
- Transporte de pessoas com necessidades educativas especiais para instituições especializadas fora do concelho (APPACDM de Sabrosa, APPC de Vila Real e Associação Núcleo Piaget de Vila Real);
- Cedência de transporte a instituições do concelho de carácter cultural e desportivo com compromissos oficiais (atuações, competições,...);
- Colaboração com projetos de intervenção social que promovem atividade para crianças e jovens (Equipa RSI...);
- Colaboração com instituições que promovam cursos de formação profissional no concelho (Centro de Formação Profissional de Vila Real, Nervir, Consultua);
- Manutenção de sistemas de aquecimento nos estabelecimentos de ensino e distribuição de briquetes;
- Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho;
- Apetrechamento em termos de mobiliário, materiais e equipamentos dos vários estabelecimentos do concelho;
- Realização de pequenas obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes;

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Quilina Aguiar

Fernando A. J.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials
12



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

- > Apoio e colaboração na dinamização de atividades direcionadas a crianças e jovens;
- > Apoio e colaboração na dinamização promovidas pelo Agrupamento de Escolas de Alijó;
- > Limpeza e desinfeção de edifícios escolares e áreas circundantes;
- > Gestão da frota municipal afeta aos transportes escolares;

Atividade desportiva

Complexo das Piscinas Municipais

Fevereiro / Abril / 2013

Atividades de carácter contínuo

Escola de Natação – Divida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 18 anos; adultos) que posteriormente se subdividem em níveis de aprendizagem. Atividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais.

Hidroginástica – Uma atividade de sucesso. É uma atividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água.

Atividade de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step, Localizada, Pilates, Fitnesskombat e Zumba. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico mas também a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de atividade física "Indoor" realizarem uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente.

-Piscinas Municipais

Entradas no Complexo para utilização da Piscina

Fevereiro 2013

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	704
Hidroginástica	328
Atividades de Academia	456
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	643
Lezer	186

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 950 738

Gestora: Argentea

Folha nº 4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC
13
Fevereiro



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Artes Marciais (Clube)	480
Pump It / Danças Latinas (Privado)	360
Ginásio (privado)	1126
TOTAL	4282 Entradas

Março 2013

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	696
Hidroginástica	368
Atividades de Academia	648
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	734
Lazer	212
Artes Marciais (Clube)	457
Pump It / Danças Latinas (Privado)	357
Ginásio (privado)	1138
TOTAL	4610 Entradas

-Pavilhão Municipal

Entradas no Complexo para utilização do Pavilhão

Fevereiro 2013

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	1129
Basquetebol	66
Futsal	274
TOTAL	1469 Entradas

Março 2013

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	1276
Basquetebol	66
Futsal	467
TOTAL	1808 Entradas

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Gratuita-Agencia

Formata A4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date 14



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Posto de Turismo

Fevereiro

17 Portugal

02 França

04 Espanha

Total: 23

- Prestação de informação via telefone e correio eletrónico.
- Exposição de Escultura/Pintura do Artista José Ribeiro

Março

07 Portugal

01 Canadá

04 Espanha

02 Estados Unidos

04 Bélgica

Total: 20

- Prestação de informação via telefone e correio eletrónico.
- Exposição de Escultura/Pintura do Artista José Ribeiro.

Abril até à data de 17.04.2013

06 Portugal

02 Inglaterra

03 Espanha

02 Estados Unidos

04 Brasil

Total: 17

- Prestação de informação via telefone e correio eletrónico.
- Acolhimento e acompanhamento de estagiários do Curso de Técnico de Turismo da Escola Profissional Nervir – Vila Real e da Escola EB 2/3 D. Sancho II de Alijó.

Gabinete de Arqueologia

(MARÇO, ABRIL)

A presente exposição descreve as atividades fundamentais levadas a cabo pelo Gabinete de Arqueologia no bimestre supramencionado. Nesta, integram-se todas as ações de preservação, valorização, proteção e divulgação do património cultural, executadas no âmbito do Interesse cultural relevante para o Concelho de Alijó. O interesse cultural relevante engloba, nomeadamente, o histórico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social e técnico.

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Gestão: Agência

Fórmula A.4

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date:
15
Fevereiro



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Ações fundamentais do Gabinete de Arqueologia:

Receção da Comissão Fabriqueira de Perafita, nos Paços do Município, no sentido de se discutir e analisar, a evolução do processo, relativo às medidas compensatórias no âmbito da "Construção da Barragem de Faz-Tua". De realçar que estas medidas têm como contrapartida, um investimento financeiro relevante, no património histórico e arqueológico concelhio e que se encontra em eminente estado de degradação, como é o caso do "Conjunto Arquitetónico Religioso do Santuário do Sr. de Perafita e respetivas Tábuas Voltas", cronologicamente datadas do século XVIII;

Continuação do restauro "in situ", da sinalética orientativa e dos painéis explicativos presentes nas jazidas arqueológicas do Concelho de Alijó. Concomitantemente tem-se apostado na preservação dos arqueossítios concelhios a sua divulgação histórica, através da fruição pública destes espaços, por meio dos trabalhos de limpeza e desmatização, decorrentes no terreno;

Publicitação da notícia sobre o "Dia Internacional dos Monumentos e Sítios - "É Património + Educação = Identidade", em diversos jornais regionais e nas páginas da internet oficiais do Município de Alijó. Este ano, a visita será destinada, a três turmas de alunos da "Escola EB 2/3 D. Sancho II, de Alijó". O objetivo fulcral é o de continuar a proteger, valorizar e divulgar, o rico património histórico e arqueológico concelhio exumado;

Participação na Conferência Internacional, designada de "Rotas Turfáticas", que decorreu no Auditório Municipal de Mirandala, no dia 25 de Março de 2013. O objetivo e aproveitamento das comunicações deste congresso, centrou-se a meu ver, na absorção de experiências relatadas, ligadas a rotas alvas, exemplarmente divulgadas e existentes no nosso país. A título de exemplo, a "Rota do Românico" ou dos "Templários";

Conceção e execução de visitas técnicas e pedagógicas guiadas, dirigidas a escolas e grupos interessados em conhecer o passado concelhio, e saber:

- Dia 14 de Março (Visita guiada e três turmas de alunos da "Escola S/3 São Pedro - Vila Real");

- Dia 16 de Março (Visita guiada a um grupo de 7 elementos, pertencentes à Organização: "QUERCUS - Vila Real/Viseu"). A respetiva visita decorreu durante todo o dia;

- Dia 15 e 16 de Abril (Acompanhamento de uma equipa de reportagem e captação de imagens, no âmbito do projeto que a entidade Turismo do Douro se encontra a desenvolver, junto dos Municípios, inseridos no Douro. Este projeto tem como objetivo fulcral, a produção de um banco de imagens para um filme promocional da região, e 19 filmes concelhios, com a duração de 2 minutos, cada);

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Gratuito-Ágenda

Formato A4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and the number 16.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

- Dia 18 de Abril (Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, com a participação de três turmas de alunos, da "Escola EB 2/3, D. Sencho II", de Alijó);

Publicação no Diário da República, de mais duas classificações definitivas, referentes a monumentos históricos e arqueológicos, situados no Concelho de Alijó. Respetivamente, o "Santuário do Senhor de Parafita" que foi classificado recentemente, como Conjunto de Interesse Público (CIP) e por fim, a "Capela de Nossa Senhora da Boa Morte e Cruzeiro", classificada como Monumento de Interesse Público (MIP);

Continuação da conversão da bibliografia arqueológica existente em formato documental para formato digital, ou seja, em *PDF*. De destacar que esta bibliografia encontra-se atualmente localizada no fundo local da Biblioteca Municipal de Alijó/Edifício Principal do Município de Alijó e na internet, mediante projetos informáticos recentes de digitalização documental, como seja a revista científica "Arqueólogo Português";

Acompanhamento arqueológico de alguns trabalhos previamente comunicados e posteriormente desenvolvidos no Concelho de Alijó, a saber: "Conservação e Valorização de Fonte de Mergulho de Vale de Mir e respetiva Área Envolvente";

Análise e consequente resposta via correio eletrónico a diversos pedidos individuais e de entidades empresariais, relativos ao património histórico e arqueológico exumado neste concelho;

Alerta contínuo para a disponibilização na página de internet de Arqueologia do Município de Alijó de um formulário online, para solicitação de visitas arqueológicas, com o objetivo premente de desburocratizar a marcação de visitas guiadas, uma vez que as mesmas são um veículo privilegiado de divulgação, dinamização, salvaguarda e proteção do rico património histórico e arqueológico exumado no Concelho de Alijó;

Prossecação da divulgação do Concelho de Alijó em termos patrimoniais e culturais, através do envio de imagens e informações adicionais relevantes para a plataforma web "PANORAMIO" em <http://www.panoramio.com>;

Divulgação de eventos de âmbito cultural e histórico através da Newsletter com periodicidade mensal. Esta Newsletter, além de ser enviada por correio eletrónico, pode ser ainda consultada e visualizada na página do Município especificamente dedicada à Arqueologia, em <http://arqueologia.cm-alijo.pt>;

Dinamização do património histórico e arqueológico concelhio, mediante a continuação da aplicação de miniprojectos;

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Distrito: Aguarda

Formosa A 4

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date: 17



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

- Atualização contínua da página da Internet, especificamente dedicada à Arqueologia;
- Divulgação mensal do património arqueológico concelhio através da Agenda Municipal e da Newsletter (todos os meses o Município de Alijó dá a conhecer diversos elementos iconográficos e informativos sobre diferentes arqueossítios);
- Colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo em vista a promoção de iniciativas relacionadas com o património local.

Obras e Intervenções Municipais

- * Reparação de ruturas de água;
- * Limpeza e manutenção da estações elevatórias/ETARS;
- * Desentupimento/limpeza de saneamentos, fossas sépticas, fontanários e ribeiros;
- * Trabalho em ramais de saneamento e colocação de grelhas para águas pluviais;
- * Trabalhos de manutenção em várias EB1 e JI do concelho;
- * Trabalhos de manutenção nos Bairros Sociais do Concelho;
- * Trabalhos vários em estradas e passeios;
- * Trabalhos/Manutenção em calçada;
- * Transporte/recolha de camas articuladas;
- * Colocação e manutenção de tampas de saneamento;
- * Trabalhos de manutenção nas Piscinas Municipais de Alijó;
- * Limpeza de espaços públicos;
- * Trabalhos de Jardinagem vários;
- * Montagem/Verificação de contadores;
- * Montagem de um forno no Museu do Pão e do Vinho de Favaios;
- * Demolição de casa antiga.

Ação Social

- > Atendimento / Encaminhamento de situações;
- > Apoio psicossocial;
- > Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias);

Apoio a Idosos e Deficientes

Ajudas Técnicas - dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para e melhorar de qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho.

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Gratuita Agenda

Fórmula A 4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

MCF
18
Ambrósio



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

De fevereiro a 16 de Abril foram emprestados:

Freguesias	Pedidos de fins de fevereiro a 16 de abril				
	Câmas	Cadeiras	Fraldas	Devolvidas	
				Câmas	Cadeiras
Favalos	1				
Carlião	1				
Vilariño de Cotas				1	1
Vilar de maçada		1			1
Cotas		1			
S. Mamede	1				
Sanfins do Douro				1	
Total	3	2		2	2

Habitação

Habitação Social – fevereiro a 16 abril

Acompanhamento aos inquilinos com rendas em atraso nos Conjuntos Habitacionais do Município. Da referir que:

Conjunto habitacional	Já completaram o plano de pagamento	Em cumprimento	Em incumprimento	Pediram alteração do acordo	Incumprimentos sem acordo
Alijó		4			1
Pré-fabricado – Alijó					
Favalos		1			
Igaph Favalos		1			
Sanfins do Douro		2	1		1
Igaph Sanfins					1
S. Mamede		1	1		2
Pegarinhos		1			1
Castedo		3			
Sta eugénia					
Pinhão					
Igaph pinhão					

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Tel.: 259 957 100
Fax: 259 959 730

Grupos: Alijó

Fórmula 4.4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date: 19



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Bairro da refer					
Pinhão					
Cotas					3
Carlão					2
Casal de Lóvros					
Total		13	2		11

Apoio a famílias vítimas de incêndio ou catástrofe natural
-nenhum pedido

Apoio a famílias pertencentes a estratos sociais desfavorecidos (habitação Social) –
fevereiro a 16 de abril

Freguesias	Tipo de apoio						Nº famílias apoiadas
	Materiais de construção			Mão de obra			
	Pedido	Atribuído	Em análise	Pedido	Atribuído	Em análise	
Vilar Maçada	1						0
Total	1						

- Programa "Solarh"

Nota: as candidaturas ao programa SOLARH, estão suspensas, assumindo o IHRU, apenas os investimentos já contratados. O apoio será retomado assim que haja condições financeiras.

Situação atual:

N.º de processos em análise nos serviços – 1 (Sanfins do Douro suspenso na Câmara)

N.º de processos em análise no IHRU: - 1 (S. Memede de Ribaúta suspenso no Porto)

Gabinete de Inserção Profissional – GIP – março a 16 de abril

Mês	Nº de inscritos	Freguesia	Nº empregos	Novo emprego	Idade	Escolaridade	Convocados para formação – técnicas procura de emprego/ medidas ativas de emprego

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telf.: 259 957 100
Fax: 259 050 700

Geral@cm-alijo.pt

Formosa 4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC
[Signature] 20



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Março	3	Alijó - 1 Cotas - 1 Sanfins - 1	1	2		20 65 27	56
Abril (até dia 16 de abril)	6	Alijó - 1 Favaios - 1 Vila Chã - 3 S. Mamede- 1	6	9	33 27 31 27 26 60	4º 8º 6º 8º 9º 4º	0
Total							

Rede social

Funcionamento da Rede Social (Conselho Local de Ação Social de Alijó - CLAS)

Reuniões para 2013	Total/ano	Fevereiro a abril	Total até abril
Núcleo Executivo	26	1	1
CLAS (Conselho de Ação Social de Alijó)	6	0	0
Tertúlias Sociais	12	3	3
Total reuniões até 19 de fevereiro		4	4

Atividades desenvolvidas pela Rede Social de fevereiro a abril

– Grupo Tertúlias Sociais

Realizaram-se duas reuniões das tertúlias e esta em preparação do II Concurso "Pé de Dança" enquadrado no Balle da Primavera.

A reunião de abril, para além dos pontos agendados, teve a presença de um representante de uma empresa que presta serviços na área da Nutrição. Esta ação teve por objetivo pôr à disposição das IPSS, a possibilidade de elaboração um

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 730

Quilina Aguiar

Fórmula A.4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date:
27



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

protocolo conjunto, com vista a prestação de serviços na referida área, mais vantajosos financeiramente.

Através da rede foram encaminhadas para Cantina Social duas situações, com residência em Vila Verde e Castedo.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

- Processos transitados: 14
- Processos em acompanhamento: 20
- Processos entrados/abertos de Janeiro a abril: 6
- Processos remetidos para tribunal de Janeiro a abril: 1

Funcionamento da CPCJ)

Reuniões para 2013	Total/ano	fevereiro a abril	Total até abril (até 16 fevereiro)
Comissão Restrita	26	9	9
Comissão Alargada	6	1	1
Total reuniões de 2013			10

Gabinete de Apoio ao Emigrante – março e abril

	Atendimento	Assuntos	Nacionalidades	Diligências	Freguesia
março	4	- Procura de informações sobre descendentes; - Reformas; - apolos vários	Búlgara Portuguesa	Serviços consulares e Segurança Social	
abril	3	Tradução de documentos; reforma; direitos sociais fora de Portugal - Procura de informações sobre descendentes ;	Portuguesa	Apoio a questões administrativas; Serviços consulares Segurança social Notário	
Total	7				

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Tel.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

geral@cm-alijo.pt

Formado A.4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

MC
Jun 22
Quinta



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

H – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área da Intervenção	Participantes	Objetivos	Forma de intervenção
Concelho de Alijó Setor de Empreendedorismo	. GADL; . Estrutura de Missão Douro; . Autoridade de Gestão do ON.2	. Participação na apresentação do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas – (SIALM)	. Sessão Técnica de Informação
Concelho de Alijó Setor de Empreendedorismo	. GADL; . Parceiros das Rotas Turísticas; . CCDR-N; . IPB; . Entidade de Turismo Douro	. Participação no projeto conjunto de promoção e internacionalização das seguintes Rotas Turísticas: Rota do Azule; Rota do Vinho do Porto e Rota das Vinhas de Cister	. Congresso Internacional de Rotas Turísticas sobre "Valorização e Posicionamento".
Concelho de Alijó Setor Agropecuário – Alijó, Pópulo, Santa Eugénia.	. GADL; . Promotores	. Acompanhamentos das atividades nas explorações Pecuárias e Cozinhas Regionais.	. Visitas de trabalho periódicas às explorações.
. Concelho de Alijó – Sector Agricultura	. GADL; . Todas as Juntas de Freguesia; . Casa do Douro	. Apoio à Reestruturação e Reconversão das Vinhas – Campanha de 2013-2014 de acordo com a Portaria n.º74/2013 de 15 de Fevereiro	. Informação efetuada às Juntas através de Aviso para divulgação.
. Concelho de Alijó – Sector Agricultura	. GADL; . Todas as Juntas de Freguesia;	. Candidaturas aos apoios comunitários para a agricultura e possíveis implicações com novas obrigações fiscais.	. Informação efetuada às Juntas através de Comunicado do Ministério de Estado de Agricultura, para divulgação.
Concelho de Alijó (Setor Cinegético – Zona de Ceça Municipal de Alijó - ZCMA Proc. DGRF n.º 2588)	. GADL; . Guarda-florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF;	. Melhorar a Gestão da ZCMA.	. Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais; . Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados; . Foram efetuados repovoamentos de perdiz vermelha de acordo com os resultados

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5270-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

General Alves

cm-aljo-4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials 23



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

			<ul style="list-style-type: none">. obtidos/avaliação dos censos realizados;. Receção e coordenação de uma visita de estudo de um grupo de alunos de Eng.ª Zootécnica da UTAD, ao Posto de Reprodução de Coelho Bravo desta Zona de caça;. Foram efetuadas ações de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA;. Divulgação através do Site do Município de toda informação necessária para o exercício de Caça na ZCMA;- Requerimento para renovação da carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador e recebimento de requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas;. Tratamento e envio da correspondência ao caçador;. Fiscalização da ZCMA;
Concelho de Alijó (Setor Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2006)	<ul style="list-style-type: none">. GADL;. Guarda-florestal Auxiliar;	<ul style="list-style-type: none">. Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã;	<ul style="list-style-type: none">. Serviço administrativo de Concessão de Pesca;. Emissão de autorizações diárias para pescar

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Tel.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Distrito de Aveiro

Folha A 4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature] 24



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

			na Albufeira de Vía Chã
<p>Concelho de Alijó</p> <p>Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)</p> <p>Gabinete Técnico Florestal (GTF)</p>	. GADL; . GTF; . COM.	. Coordenar as ações de Serviço Municipal de Proteção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IPMA.	. Acompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó e nos Concelhos limítrofes.
	. COM; . GTF; . GADL	. Coordenar as ações de Combata aos Incêndios Urbanos /Florestais/Acidentes Rodoviários.	. Acompanhamento, coordenação e apoio logístico de todos os meios envolvidos nos trabalhos de operações dos Incêndios Urbanos/Florestais, Acidentes Rodoviários ocorridos no Concelho de Alijó.
	. GADL; . GTF; . COM.	. Esclarecimento sobre o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro que estabelece as medidas a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.	. Defesa de passos e bans, redes secundárias de faixas de gestão de combustível, interpretação do decreto-lei.
	. GADL; . GTF; . COM.	. Esclarecimentos sobre queimas e queimadas aos proprietários - Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.	. Aconselhamento, de forma permanente, das medidas preventivas a seguir durante a execução de queimas e queimadas.
	. GTF; . GADL; . COM;	. Cumprimento da legislação sobre condicionamentos à edificação.	. Elaboração de pareceres.
	. GTF; . COM; . CDOS Vía Real; . REFER; . BV do Concelho de Alijó.	. Plano de emergência da Linha Ferroviária do Douro – proporcionar aos operacionais responsáveis pelas intervenções de	. Visita em Dresden à linha ferroviária do Douro com objetivos de identificação dos

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 950 738

Orçamento

Formato A 4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials in blue ink, with the number 25 written next to it.



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

		proteção e socorro em caso hipotético de acidente.	locais de maior vulnerabilidade, identificação dos constrangimentos que possam existir em caso de acidente e socorro (acessibilidades, dificuldades de comunicação, obstáculos).
. GTF; . GADL; . COM; . BV Alijó; . Centro de Dia de Carlão.		. Medidas de evacuação em caso de incêndio; . Primeiros socorros.	. Sessão de esclarecimento/treino.
. GTF; . GADL; . COM; . Prof. Clube Proteção Civil da EB 2,3 de Alijó; . GNR.		. Comemoração do Dia Mundial da Proteção Civil.	. Atividades com os alunos da escola E.B 2,3 de Alijó.
. GTF; . COM.		. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).	. Atualização dos dados constantes no PMDFCI.
. GTF; . COM; . Alunos da UTAD do curso de Eng.º Florestal.		. Árvore de Interesse público – Jardim Matos Cordelro em Alijó.	. Avaliação da fitossanidade e segurança das espécies existentes e classificadas para posterior intervenção.
. GTF; . GADL; . COM; . Prof. Clube Proteção Civil da EB 2,3 de Alijó;		. "Incêndio na Escola – Como evacuar".	. No âmbito da Proteção Civil, em caso de incêndio na escola como proceder à evacuação, em segurança, procedimentos a seguir – Simulacro final.
. COM; . GTF; . BV Concelho de Alijó; . Equipa EP.		. Queda de taludes/muros devido às condições meteorológicas – precipitação elevada.	. Acompanhamento, coordenação e apoio logístico de todos os meios envolvidos nos trabalhos de operações ocorridos no Concelho de Alijó.

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Tel.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Gerenciamento

Formação A 1

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date 26



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

	<ul style="list-style-type: none"> . GTF; . COM; . Comandante dos BV Alijó; . Turma de 10.º ano da Escola E.B 2,3 de Alijó. 	. Primeiros socorros.	. Palestra com ensinamentos de técnicas de primeiros socorros.
	<ul style="list-style-type: none"> . GTF; . GADL; . COM; . EB 2,3 de Alijó; . BV Alijó, Chafres, Favalos, Sanfins do Douro. 	. "Incêndio na Escola – Como evacuar".	. Simulacro final.

Alijó, 19 de abril de 2013
O Presidente da Câmara

Handwritten signature of José Artur Fontes Cascarejo
Dr. José Artur Fontes Cascarejo

Rua General
Alves Pedrosa, 13
8070-051 ALIJÓ
Telof.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

General Agendas

Fornato A-4

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes
Membros: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO LOUSA:** Disse que a sua primeira frase é de mágoa devido à convocatória para o 25 de abril. Acha que uma data com essa dignidade não devia ser assim convocada, lamenta, até porque é uma data fixa, e não se justifica ser convocado no dia anterior por telefone. Falando da cerimónia em si, disse que reparou que no alinhamento dos discursos, os Vereadores do PS não usaram da palavra, não entende porquê, não sabe se foram representados por alguém. A sua capacidade política não o atinge para tal, mas lamenta que os Vereadores do PS não tivessem intervindo. Relativamente aos discursos lê uma frase que disse: “Mas falar de abril também é falar de responsabilidade, sobretudo daqueles que estiveram e estão à frente dos destinos desta nação e muito em particular, dos autarcas”, e uma coisa que reparou foi que nos últimos dois anos, as pessoas que estão à frente do País, foram dissecadas de todas as maneiras possíveis e imaginárias, não se manifesta, porque cada um é livre, e o 25 de abril é um sinal de liberdade de cada um ter a sua opinião, podem fazer-se os comentários depreciativos, logo que não usem algumas frases, como a que ouviu no fim-de-semana. Acrescenta que ficou admirado uma vez que 2 anos de Governo são tão dissecados, e sobre 20 anos de poder autárquico nem uma palavra. Acha bem que em democracia sejam também responsáveis pelos 20 anos de poder autárquico. Por falar em poder autárquico, e depois de ler a exposição do Sr. Presidente da Câmara na última Assembleia, na sua última intervenção, congratula-o bastante uma coisa que leu, falou em responsabilidade da oposição e para isso teve que recorrer a um exemplo que dizia “Reafirmo que nessa altura era Vereador da oposição o Dr. Carlos Ribeiro”. -----

-----**MEMBRO MARCO RODRIGUES:** Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, uma vez que já lhe foi solicitado por alguns moradores do Bairro Social do Castedo, se estava iminente alguma intervenção naquelas casas sociais, visto que num passado recente algumas foram remodeladas no concelho, o que não aconteceu neste bairro. Acrescenta que o estado em que se encontram dá uma má imagem para a freguesia, para a Câmara Municipal e não dá a devida dignidade ao Bairro Social, porque se encontra em muito mau estado, pelo menos exteriormente, por dentro não sabe. Agradecia que, caso não esteja programada nenhum tipo de intervenção, se houvesse possibilidade que fosse feita uma logo que possível, com os escassos meios que atualmente sabe que existem na

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date 28

Câmara Municipal. Acrescenta que a Junta de Freguesia também ajudará no que lhes for possível. Disse ainda que recentemente compraram uns metros de tubo para substituir a canalização de uma casa, uma vez que a Câmara não o podia fazer, e estão só á espera de mão-de-obra para se fazer essa operação. É neste sentido que faz a sua intervenção. -----

-----**MEMBRO CLAUDIO VILELA:** Disse que ontem à tarde um munícipe do nosso concelho, sabendo que hoje havia reunião da assembleia municipal, expôs-lhe um problema que gostaria de apresentar aqui, só não o fez porque se encontra neste momento em tratamento de hemodiálise. Entregou-lhe um abaixo-assinado, que posteriormente entregará ao Sr. Presidente da Câmara e para o qual solicita a sua ajuda. Explicou-lhe que na passada sexta-feira, através de telefone, foi comunicado a todos os utentes que fazem tratamentos de hemodiálise no distrito de Vila Real, quer no hospital distrital, quer nas clínicas privadas, que a partir de sábado iriam ser transportados em ambulâncias em vez do habitual transporte de táxi. Estes utentes do serviço nacional de saúde, que dependem de um tratamento muito doloroso de quatro horas ligados a uma máquina, três vezes por semana e de onde saem muito debilitados, dizem que já não basta serem vítimas desta doença, estão também agora a ser vítimas do sistema. Cita os motivos que eles apresentam para não aceitar este tipo de transporte: -----

As ambulâncias gastam mais tempo para efetuar o serviço, o que se traduz em mais cansaço para o doente, menos tempo para outras atividades e consequentemente menos qualidade de vida; -----

As ambulâncias são um transporte menos confortável que os táxis, e eles não estão num estado tão debilitado que necessitem de ser transportados em macas; -----

No atual transporte de táxi, tem a liberdade escolher o taxista, caso não agrade o serviço que está a ser prestado, trocam por outro; -----

Também lhe foi dito que numa só viagem, um táxi levava 3 utentes para tratamento, e que era cobrado ao SNS apenas uma viagem, e agora vão ser transportados em 3 ambulâncias diferentes. Depois de analisar os motivos apresentados surgem algumas dúvidas, qual o motivo de apenas os utentes do SNS estarem a sofrer este corte. O mais estranho é que aqui não se vê benefício económico para o Estado, pois em vez de uma estão a fazer-se 3 viagens, já para não falar no custo diferenciado do transporte por tipo de veículo. O Estado está também a perder em várias frentes, pois a cobrança de impostos aos taxistas vai ser menor, muitas empresas terão que declarar

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature] 29
[Handwritten signature]

falência e enviar muitos funcionários para o desemprego, que por sua vez irão engrossar as fileiras daqueles que dependem dos subsídios do estado. Mas acima do plano económico para nós esta o plano social, e já alguém deste governo se questionou sobre o interesse dos doentes? Portanto isto é mais um interesse político deste governo, pois quer também aproveitar para transferir, através de trabalho, os compromissos com subsídios a que as associações de bombeiros têm direito. No fundo, para além dos doentes, também os bombeiros vão ser uma vítima deste sistema, pois assim são obrigados a adquirir novas viaturas e a ter mais despesas com o pessoal. As associações de bombeiros estão já por si muito sacrificadas com os compromissos que têm com o Estado e que o Estado não retribui na mesma proporção. Como é o caso da ambulância do INEM que apresentou numa das últimas reuniões da Assembleia Municipal, em que eram os nossos bombeiros que estavam a suportar grande parte dos custos da mesma, pelo que neste momento já não temos Ambulância do INEM no nosso concelho. -----

Quer também lembrar que a providência cautelar contra a retirada do Helicóptero do INEM instalado em Macedo de Cavaleiros, foi aceite pelo tribunal e que o mesmo ainda está lá, e além disso têm mais uma garantia, António José Seguro, depois de fazer contas garantiu que não se justifica a retirada do mesmo e quando o PS for governo o helicóptero vai continuar em Macedo de Cavaleiros. -----

O governo já tinha cortado nos salários dos portugueses, já tinha cortado na construção de infraestruturas essenciais para o nosso desenvolvimento, mas agora chegou ao ponto de cortar também na dignidade dos portugueses e acima de tudo nos habitantes do interior que são aqueles que mais longe estão de tudo. -----

Quer também deixar uma nota acerca da linha aérea Bragança-Vila Real-Lisboa que foi suspensa pelo governo PSD/CDS, pois o que esta semana o surpreendeu foi a justificação por parte do governo para a suspensão da mesma, que foi a desculpa mais descabida que ouviu até hoje, é que não existe linha aérea porque agora estamos servidos por autoestrada com a A4. Isto é atirar areia para os olhos dos transmontanos, pois todos sabemos em que estado está a construção da A4 e do túnel do marão, e todos nós também sabemos quem são os responsáveis por isso, que são Passos Coelho e o governo de coligação PSD/CDS. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

30
[Handwritten signature]

Por último quer deixar uma questão, já falou aqui um pouco sobre os cortes na saúde, mas sabe que também irão haver cortes na educação, o Sr. Presidente da Câmara já tem alguma informação sobre os cortes que vão afetar o nosso concelho? -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Disse que gostaria de começar a sua intervenção, pelo ato realizado no dia 25 de abril, um ato importantíssimo, e são essas atitudes que relembram o que foi o sonho em 25 de abril, e por tão nobre iniciativa só lhe resta dar os parabéns à Câmara, ao Executivo e a todas as pessoas que se envolveram nessa iniciativa. Foi uma cerimónia simples, mas cheia de significado. Uma cerimónia que lembra aqueles que se debateram por uma liberdade, e pelos que lutam hoje para que a liberdade prevaleça, pelos que ensinam e pretendem melhores condições de vida para todos nós. É disso que se fazem as grandes coisas, e o que se tem que realçar é o que se faz de bem, e não o que corre menos bem. -----

Continuando pelas coisas que se fazem bem, também gostaria de felicitar a Câmara e o seu Executivo, pela atitude pronta e determinada que teve ao deslocar-se a Lisboa, quando teve conhecimento que a Pousada da Juventude iria encerrar. Há semelhança do que aqui já foi dito, pelo Membro Cláudio Vilela, este Governo meteu na cabeça, que se resolvem os problemas todos pelo corte, e a Pousada da Juventude também não fugiu à regra. Daí felicitar o empenho, porque a Câmara e o seu Executivo fez o que devia, mau é quando não se faz o que se deve e o que é da nossa responsabilidade. A Câmara conseguiu manter a Pousada aberta, os empregos e dinamizar o concelho, com a vinda de turistas e criando condições para que estes se desloquem para junto de nós e cria também riqueza, porque quem vem, por pouco que deixe, deixa sempre dinheiro para os comerciantes e para toda a gente. Acrescenta que foi uma grande iniciativa e os seus parabéns por isso, embora saibam que isso trouxe custos para o Executivo, mas com certeza o Sr. Presidente poderá explicar melhor, mas entende que esses custos foram um investimento. Fechar aquela infraestrutura seria mais uma machadada no desenvolvimento do concelho, o que originaria o retrocesso. Reafirma que esses custos, na sua ótica, foram um investimento e não uma despesa. Disse ainda que não se ficou por aqui e bem, outra infraestrutura hoteleira, que é a Pousada Barão de Forrester. Sabe, porque falou com a pessoa que adquiriu a pousada, que a Câmara teve uma ação determinante no desenvolvimento desse negócio, ainda mais porque foi vendida a um empresário do concelho. Considera ser mais uma grande iniciativa, pois estão cansados de que

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

venham os monopólios explorar e depois levam o dinheiro para fora. Se a pousada estava em riscos de fechar ou ser vendida a um monopólio qualquer, e se foi adquirida por um empresário do concelho possibilitara que essa receita fique no concelho e que dinamize outras infraestruturas do concelho. Acrescenta que foi tão importante também porque os salários dos funcionários, que estavam em atraso, também foram regularizados. Acha que são essas as funções dos Membros, irem de encontro aos problemas, saber como se resolvem, e depois, se for preciso chamar a atenção para alguma coisa cá estarão, não têm que estar sempre em “bicos de pés” para chamar a atenção, e muitas vezes ignorar-se o que se faz de bem. Pelo exposto conseguiu-se 3 em 1, conseguiram a manutenção dos postos de trabalho, a Câmara e o investidor conseguiram que esta infraestrutura continue a trabalhar no mesmo ramo, no ramo hoteleiro, e conseguiram também que essa infraestrutura ficasse no concelho de Alijó. Quando assim é, é bom para o concelho, é bom para as pessoas e é bom para quem gere a riqueza. Viva Alijó! -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Disse que teve conhecimento pela imprensa regional que a Juventude Popular apresentou à Câmara uma proposta de regulamento para a criação do Conselho Municipal da Juventude. Estando este órgão previsto na Lei, os Membros do CDS estranham que o Executivo Camarário não tenha aproveitado esta iniciativa meritória da JP para dar cumprimento cabal à legislação em vigor. Para os Membros do CDS mais do que uma obrigação legal, é o respeito pelos jovens do concelho, que enquadrados no Conselho Municipal da Juventude, contribuiriam com certeza para a definição da política da juventude no concelho. Em face ao exposto, pergunta ao Sr. Presidente se foi por esquecimento dos serviços ou por opção política do Executivo, o não ter solicitado a esta Assembleia Municipal a análise e aprovação do regulamento para a criação do CMJ. -----

-----**MEMBRO MANUEL VILELA:** Disse que um morador de Cheires apresentou, em tempos, uma carta registada ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Alijó, sobre o declive da estrada para com a sua entrada, depois das obras feitas. Gostaria de saber se já foi apresentada alguma resposta ao Sr. Luís António de Sousa. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Relativamente à carta referida na intervenção do Membro Manuel Vilela, informa que a mesma foi encaminhada para a Câmara Municipal a fim de dar

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

resposta à situação, não sabendo se os serviços já se deslocaram ao local ou se já têm uma solução. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção do Membro António Lousa, no que se refere ao 25 de abril, esclarece que a iniciativa de telefonar na véspera, para todos os Membros da Assembleia, respetiva mesa e todos aqueles, que do ponto de vista institucional deveriam estar presentes, foi sua, porque lhe disseram que os correios estavam com problemas e com atrasos. E para que não acontecesse o que, às vezes, já aconteceu nesta Assembleia, as pessoas dizerem que não souberam de nada, teve o cuidado de avisar, não apenas os Membros, mas todo o protocolo da Câmara. Lamenta que, não obstante esse esforço último de contato a lembrar a importância dessa data, tão ou mais importante nos tempos que correm, por causa da grave crise social e económica em que vivemos, onde já se começa a questionar a liberdade e a democracia; esta Assembleia Municipal não tenha estado com a presença maciça que devia estar, assim como lamenta que nenhum, de todos aqueles que pertencem ao protocolo, se tivesse dignado comparecer. Esse é que é o verdadeiro lamento que devem deixar da sessão do dia 25 de abril, e não para quem, com os poucos recursos que tem, tentou fazer uma homenagem simples e singela, que tinha como único e principal objetivo dar voz no dia da liberdade à expressão política que existe também nesta Assembleia Municipal, e dar voz às diferentes visões e opiniões sobre o dia da liberdade e sobre a importância do dia 25 de abril. Acrescentou que, talvez por já não ser Membro da Assembleia há algum tempo, apresentou algumas dúvidas sobre o protocolo e questões de carácter formal, mas tem todo o prazer em esclarecê-lo sobre o alinhamento dos discursos no 25 de abril. O alinhamento foi marcado pelo protocolo, mas também por uma cultura democrática, que aliás existe na Assembleia da República. Informa que no protocolo e no 25 de abril sempre se deu a palavra quer ao poder, quer à oposição, caso contrário não seria um verdadeiro 25 de abril. Se nesta Assembleia existe a bancada PSD-CDS e a bancada PS, foi dada a voz a ambas as bancadas. Começou por discursar o Membro António Lousa, exatamente porque se começa pela bancada da oposição seguida da bancada que está no poder. No alinhamento do Executivo ocorreu o mesmo, não se deu a palavra aos Srs. Vereadores, discursou o líder do executivo não permanente, Dr. Miguel Rodrigues, e o próprio falou em nome do executivo permanente, por fim teve a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em representação

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

do próprio órgão. Posto este esclarecimento julga que as dúvidas estarão elucidadas. Ainda relativamente ao 25 de abril, o Membro António Lousa disse na sua intervenção que ouviu, nesse ato, toda a gente a dissecar os 2 anos de governo e não viu ninguém a falar sobre os 20 anos de poder autárquico, mas certamente não estava presente quando o próprio discursou, porque a parte final do mesmo foi dedicada às relações saudáveis que deviam existir e não existem, entre poder local e poder central e também a denunciar um erro nessa relação, que é o facto do atual governo em vez de procurar resolver os problemas do País, numa altura com uma grave crise social e económica como a que vivemos, com os autarcas, está a fazê-lo contra os autarcas, o que já provocou um congresso extraordinário e um encontro de autarcas, por causa da nova lei das finanças locais, que é mais uma machadada na autonomia do poder local e na capacidade do poder local resolver os problemas, no próximo dia 3 em Santarém. Acrescenta que se o Sr. Membro estivesse atento veria que essa referência ocupou quase um terço do seu discurso sobre o 25 de abril. Informa que o fez porque entende que uma das maiores conquistas do 25 de abril foi o poder local democrático, tal como o estado social, uma educação para todos, um serviço de saúde para todos, uma segurança social igual para todos. São conquistas de abril que neste momento correm o risco de serem extintas, tal como foram 5 freguesias do concelho de Alijó. Disse ainda que os principais valores que estiveram subjacentes ao 25 de abril foram sobretudo dois: a liberdade (inclusive a liberdade de dizer o que nos apetece) e a igualdade. E se a liberdade foi conquistada, a igualdade, nomeadamente a de direitos, liberdades e garantias e a igualdade de tratar todos os cidadãos de forma igual perante a Lei, também corre sérios riscos de vida com as atitudes que ultimamente têm tido como desculpa a grave crise social e económica, como há pouco foi relatado com alguns exemplos pelo Membro Cláudio Vilela. Julga que o que correu mal no 25 de abril, não foi a sessão da Câmara de Alijó, nem as sessões multiplicadas pelo País, foi sim a intervenção do Sr. Presidente da República, que em vez de continuar a ser o moderador, a procurar estabelecer consensos no que é essencial, a tentar unir e não separar, a ajudar os portugueses a ultrapassar a crise económica, se colocou de um dos lados da barricada, e hoje têm um governo de iniciativa presidencial no País! -----

Relativamente ao Bairro Social do Castedo, disse que o Sr. Presidente da Junta tem razão, era de facto uma intervenção que estava prevista, calendarizam essas intervenções em função do estado

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

de degradação dos respetivos bairros, não tendo sido possível concretizá-la porque um dos ataques à autonomia do poder local, chama-se Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que ainda não conseguiram ultrapassar, embora já tenham o Programa de Apoio à Economia Local aprovado pelo governo, já foi inclusive publicado no Diário da República, mas ainda não enviaram o contrato para assinar, nem foi para o Tribunal de Contas, e assim ainda não disponibilizaram as verbas para poderem colocar em ação essa medida, bem como outras que estão à espera da libertação dessas mesmas verbas. Gostaria de sublinhar a segunda parte da intervenção do Sr. Presidente da Junta do Castedo, porque não só a Junta de Freguesia do Castedo como muitas outras, tendo em conta este atraso (que também é absolutamente desastroso), que não é responsabilidade da Câmara que cumpriu os prazos até dia 30 de setembro de 2012, e desde aí até agora tem sido um passo de cada vez, e é de facto uma forma extraordinariamente lenta de resolver o problema, com o dinheiro que é nosso e já nos devia ter sido dado para ajudar a resolver os problemas do nosso concelho. Disse que é verdade o que disse o Sr. Presidente da Junta do Castedo e agradece a todos os Srs. Presidentes de Junta o facto de estarem em conjunto com a Câmara a procurar ultrapassar essas dificuldades de tesouraria momentâneas e dizer que essa é a atitude correta, isto é, procurarem em conjunto (não uns contra os outros) uma resolução para esses problemas. Acrescenta que não sabia do pormenor que referiu, mas com certeza foi por falta de recursos humanos, e informa a Assembleia Municipal que através de uma candidatura aos programas ocupacionais do IEFP conseguiram dez pessoas para apoiar os serviços externos, nesses recursos humanos que mais necessitam, e que estão a ser afetos aos diferentes serviços a fim de ajudar com essa mão-de-obra que precisam para ajudar a resolver essas situações. -----
No que concerne à intervenção do Membro Cláudio Vilela, parabeniza o mesmo. Explica que por vezes julgam que a Assembleia Municipal apenas serve para a dialética político-partidária entre as diferentes bancadas, mas não, serve para exporem problemas concretos levantados por pessoas concretas que, porque estamos numa democracia representativa e não direta, precisam que os Srs. Membros Municipais sejam os porta-vozes daquilo que são os seus problemas e anseios, e daí dar os parabéns ao Membro Cláudio Vilela, que após ouvir essas queixas, em vez de as deixar cair em saco roto trouxe-as para aqui, para que possam (dentro do possível) ajudar a resolver esses mesmos problemas. Acrescenta que, infelizmente, em nenhum deles causa qualquer espécie de

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

36
[Handwritten signature]

estranheza o que trouxe ali, porque o que têm vindo a assistir ultimamente é um processo que, com a capa da austeridade, está gradual e sistematicamente a destruir as grandes conquistas de abril, que para além da liberdade e da igualdade, se traduziram no chamado estado social. E por isso mesmo, ainda recentemente, os verdadeiros democratas que existem também no governo da nação se têm levantado contra os cortes e o verdadeiro aniquilamento que querem fazer deste mesmo estado social. Com certeza, no fim-de-semana passado, todos acompanharam a comunicação social que informou que o governo anda de reunião em reunião do Conselho de Ministros, isso quer dizer que não se entendem, que a desagregação no atual executivo, que governa o País, é total, e que aqueles que têm um verdadeiro espírito democrático do 25 de abril e da defesa do estado social neste governo não estão a aceitar os tais cortes cegos, surdos e mudos que querem fazer a esse mesmo estado social, desmantelando a educação pública, o serviço de saúde público e a proteção aos idosos e aos mais frágeis. Disse, tal como já havia dito no seu discurso no dia 25 de abril, que estão perante um darwinismo social, em que só sobrevivem os mais fortes, e que é aplicado da Alemanha para os países do sul, e dentro destes, dos mais poderosos para os mais frágeis. Não foi para isso que construíram o 25 de abril, que aderiram à União Europeia, e que celebraram a liberdade e a igualdade. Disse ao Membro Cláudio Vilela que vai tomar em boa conta a intervenção que lhe fizeram, e na qualidade não só de Presidente de Câmara, mas também de Presidente da CIM Douro, levará esse abaixo-assinado à próxima reunião da comunidade e solicitará uma reunião de urgência ao Sr. Ministro da Saúde, para que explique o que efetivamente se passa nesta matéria, porque se até já os hemodialisados estão a ser vítimas como os mais fracos, e outros como os idosos, mais frágeis, deste tipo de atitudes, já não estamos a falar de cortes nem de rigor orçamental (com o qual concordam), mas não concordam com esse verdadeiro atentado à dignidade da pessoa humana. Acrescenta que também levará este assunto a um fórum que está neste momento a comemorar os 125 anos, do Jornal de Notícias, e que já teve um evento em Bragança e terá outro, na próxima terça-feira, na UTAD em Vila Real, onde se reflete sobre o País, particularmente a nossa região no contexto atual, porque julga ser paradigmático do que não pode nem deve ser feito no País. Disse ainda que a única hipótese que têm, no atual Portugal, de resolver alguma coisa é, infelizmente, através da pressão na comunicação social. -----
No que se refere à ligação aérea entre Bragança-Vila Real-Lisboa, disse que é outra vergonha, não

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

36
[Handwritten signature]

apenas nacional e regional e o fim da carreira aérea Vila Real-Bragança deveu-se à módica quantia de 2 milhões de euros anuais e questiona: então uma região como Trás-os-Montes-e-Alto-Douro, que dá barragens ao País, vinho do Porto, que é responsável por um conjunto de exportações, que também ajuda a pagar os 16 mil milhões de euros do défice dos transportes das empresas públicas localizadas em Lisboa e no Porto, não tem o direito de exigir aos contribuintes de Lisboa e do Porto que financiem 2 milhões de euros para as empresas, para os deputados, para os autarcas e para os cidadãos de Vila Real e Bragança poderem ter o direito a uma viagem rápida e eficiente para a capital, quando neste País tudo está cada vez mais centralizado exatamente em Lisboa? Isto é mais uma prova de que em Portugal não são todos iguais e as pessoas não são tratadas da mesma forma, são tratadas de forma diferente dependendo do sítio, região, localidade onde vivem. E isto acontece porque os votos da região são poucos, e como a região cabe em dois ou três bairros de Lisboa ou Porto (é uma forma de expressão), obviamente são mais importantes os votos deles, porque são em maioria! A democracia não é um sistema perfeito, é apenas o menos mau que foi inventado até hoje, e se em democracia não conseguimos exercer o poder com liberdade, igualdade e justiça social, cometemos estes erros. Mas então a desculpa esfarrapada que deram para justificar a ausência desta carreira é de bradar aos céus, já temos a A4 construída, já temos o túnel do Marão? Só em sonhos. A questão, relativamente a esta matéria, é quanto vai custar aos contribuintes, em primeiro lugar, o atraso de 2 anos nas obras do túnel do Marão, e em segundo, a transformação desta obra no verdadeiro BPN do betão, porque na prática já todos perceberam que o que vai acontecer é que vão privatizar os lucros, porque as grandes empresas que concessionaram o túnel do Marão, têm os tais grandes escritórios de advogados, que depois fazem consultoria com o governo e vão exigir-lhe os pagamentos que estão nos contratos e depois vamos ser todos nós, os contribuintes deste país, a ter que pagar esse buraco à semelhança do que aconteceu no BPN, e provavelmente nenhum dos presentes nesta Assembleia algum dia depositou lá um euro, e o buraco daqueles senhores que à frente de empresas públicas andaram a jogar com o nosso dinheiro nos casinos. Fala destes porque são os conhecidos, mas quantos mais haverá por descobrir. Acrescenta que era necessário fazer outro 25 de abril para acabar com essa pouca vergonha.

Relativamente à questão dos cortes na educação disse que têm o exemplo paradigmático de tudo

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials 37

que tem vindo a dizer. Na educação, este governo, extinguiu as Direções Regionais de Educação, mas se acabasse com elas e as integrasse nas Comissões de Coordenação para ganhar escala, para diminuir recursos, para ganhar eficiência, não era uma boa medida, porém compreensível. Mas não, acabaram com o cargo de diretor regional e diretor regional adjunto nas regiões para criar uma nova direção geral, em Lisboa, exatamente com as competências das diferentes direções regionais. Com isso fizeram a seguinte poupança: pouparam nas regiões e fizeram desaguar esse dinheiro em Lisboa. Tiraram emprego qualificado, autonomia, competência e capacidade de decisão nas regiões, próximo das populações, e levaram para Lisboa, a capital do País. Este é o melhor exemplo de verdadeira insanidade de governação da causa pública, é o pior exemplo de ataque às regiões e ao território que não fique em Lisboa. Este é mais mais exemplo desse verdadeiro atentado ao território e à coesão territorial. Informa que o tentaram fazer mais uma vez ao concelho, como se já não bastasse extinguirem 5 freguesias, queriam agora também extinguir todos os jardins-de-infância do concelho de Alijó que não estivessem na sede do concelho. Queriam também que a Câmara, sem o PAEL e com os cortes da Lei dos Pagamentos e Compromissos em Atraso, fosse responsável pelo transporte das crianças das diferentes aldeias para a sede do concelho, ou seja o governo acaba com uma política de proximidade e a Câmara ainda teria que pagar a incompetência e negligência do mesmo. Reafirma o que já havia dito acerca da extinção das Juntas de Freguesia, é um indivíduo assaltar a nossa casa e dar a escolher qual dos filhos queremos matar porque só podemos ficar com um! Considera esta situação uma vergonha o que se traduz num desnorte completo. Face a esta situação, e uma vez mais, gostaria de elogiar o comportamento do Executivo não permanente, porque em conjunto com o Executivo permanente, e por unanimidade rejeitaram essa proposta indecente que foi feita para acabarem com a política dos jardins-de-infância e do pré-escolar no concelho de Alijó, na área da Educação. Porque para além das questões económicas, há uma outra que se esquecem, é que as crianças de 3 ou 4 anos não podem nem devem ser transportadas durante quilómetros para a sede, de forma a serem desenraizadas da sua família. Questiona que raio de política de apoio à família é essa? Esta atitude, para além de ser um ataque à educação é um ataque à família e ao que de mais importante há no nosso concelho e no País, que são as crianças e os jovens, e sobretudo numa altura em que o País está a sofrer a maior sangria demográfica de todos os tempos. Afirma que esta atitude só pode

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

merecer um claro repúdio, e foi o que aconteceu por unanimidade. Essa decisão já foi comunicada ao governo e a quem de direito. -----

No que concerne a uma questão levantada na intervenção do Sr. Membro António Lousa, que propositadamente deixou para o final, disse que para haver consensos e unanimidade sobre seja o que for, é preciso haver entendimento sobre o objeto sobre o qual estão a falar. Acrescenta que já em várias oportunidades elogiou o comportamento, com sentido de estado e das suas responsabilidades, de um ex-Vereador de um Executivo não permanente nesta Câmara, que foi o seu primeiro adversário, o Dr. Carlos Ribeiro, que não foi por terem sido adversários que deixaram de ter ótimas relações de amizade, embora discordassem da visão que tinham em muitas coisas, nomeadamente gestão autárquica e política nacional, porque estavam enquadrados ideologicamente em partidos diferentes. Mas isso nunca os impediu de se entenderem relativamente a determinadas matérias quando punham em causa o desenvolvimento do concelho de Alijó. Tal como não foi pelo facto do Dr. Miguel Rodrigues ter sido seu adversário em duas eleições consecutivas que isso os impediu de se entenderem relativamente às mesmas matérias. Dá dois exemplos: no que diz respeito ao Dr. Carlos Ribeiro (e por isso é que o recupera agora) e a todo o Executivo não permanente do PSD de então, na reivindicação da Pousada da Juventude, que um governo do PSD (na altura do Dr. santana Lopes) queria desviar ilegitimamente de Alijó para Boticas, apenas porque na altura era (e é) Presidente da Câmara o Sr. Eng.º Fernando Campos (de quem também é amigo), eleito também pelo PSD. Recorda-se de ter dito na Assembleia Municipal e de terem tomado essa posição por unanimidade, que não era nada contra Boticas ter uma Pousada da Juventude, não podia era ser construída à custa da Pousada da Juventude do concelho de Alijó. Porque os compromissos não foram feitos entre o PS concelhio e o PS nacional, mas sim entre a Câmara Municipal de Alijó e o governo da nação. É verdade que a oposição teve uma postura irrepreensível, como teve há pouco tempo o Dr. Miguel Rodrigues quando o governo (também do PSD) nos tentou tirar o Palácio da Justiça, bem como o Membro Pedro Pimentel que também colaborou. Teve união no que é essencial e que esteja relacionado com a defesa do concelho. Dirige-se ao Membro António Lousa dizendo que o podem acusar de muita coisa, mas não aceita que o critiquem por não procurar os consensos naquilo que é essencial e necessário. Acrescenta ainda que não recebem lições de ninguém relativamente a esta matéria, e

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

39
[Handwritten signature]

a prova disso é que os seus dois adversários, enquanto Presidente de Câmara, Dr. Miguel Rodrigues e Dr. Carlos Ribeiro, para além de continuarem a ser, como pessoas, seus amigos, porque os respeita e respeitam-no, nos momentos fundamentais uniram-se em defesa do concelho, e isso só devia enaltecer o comportamento de uns e outros e devia ser um exemplo, não apenas para o concelho de Alijó mas para o País. Infelizmente não se vêm muitos casos destes a nível nacional. -----

No que se refere à intervenção do Membro António Fernandes, nomeadamente no que toca à Pousada da Juventude, agradece as suas palavras, e disse que é mais uma infraestrutura, mais um equipamento coletivo, mais uma obra que cria emprego e que iria ser retirada do concelho de Alijó, mais concretamente queriam encerrá-la. Quando soube o que aconteceu dirigiu-se a Lisboa e falou com o Presidente da Comissão Liquidatária das Pousadas da Juventude, Dr. António Bibe, e questionou-o sobre o défice da Pousada da Juventude de Alijó ao que este respondeu 16 mil euros, que corresponde ao período de inverno, no verão isso não se verifica. O que estava em causa era um défice de despesas correntes (como água, luz e salários dos funcionários), e fez-lhe a proposta de que a Câmara pagaria esses 16 mil euros para manter a Pousada da Juventude de Alijó aberta, pois é fundamental, não apenas para garantir esses empregos, mas também para a aposta estratégica do concelho, que é fazer do turismo a vindima permanente do Douro. Esse assunto foi presente numa Reunião do Executivo, e uma vez mais, e por unanimidade, o Executivo apoiou essa atitude. Afirma que esses 16 mil euros não foram uma despesa, mas sim um investimento. ---
Relativamente à Pousada Barão de Forrester disse que a Câmara recebeu uma carta do grupo Pestana e da ENATUR informando que iria fechar, pois era inviável, do ponto de vista social e económico. Imediatamente, à semelhança do que aconteceu com a Pousada da Juventude, dirigiram-se a Lisboa e reuniram com o Dr. Castanheira, do grupo Pestana, e com o Eng.º Mário do grupo ENATUR e disseram-lhes três coisas. Primeira: não aceitavam que a Pousada fosse vendida para qualquer outro fim, para além do que tinha (restauração e hotelaria); segunda: não aceitavam que alienassem a marca, isto é, podiam vender o edifício mas não podiam alienar a marca Pousadas de Portugal, porque a Pousada é também histórica, com um património extraordinário, não apenas para o concelho de Alijó, mas também para a região do Douro, até porque é a única (de momento) Pousada histórica de Portugal situada na Região demarcada do

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

40
[Handwritten signature]

Douro. Terceira: não aceitavam que nenhum funcionário pudesse perder o emprego nessa transação. Perante isto, o grupo Pestana e o grupo ENATUR referiram que, se assim fosse, que a Câmara os ajudasse a encontrar um comprador que cumprisse os requisitos apresentados. Informa que contactou alguns “tubarões” das grandes empresas, mas infelizmente cada vez se convence mais que também estes também já desistiram do interior do País, bem como das médias e pequenas empresas. Diz isto com enorme tristeza, porque são esses mesmos “tubarões” que ainda assim continuam a sugar-nos o sangue, suor e lágrimas. Informa que apareceram alguns interessados, mas quando apareceu um interessado do concelho de Alijó, a Câmara fez tudo o que estava ao seu alcance para que fosse esse a comprar a Pousada. Porque depois do que viu e ouviu, e também do que aprendeu com o que pensam as grandes empresas, levaram-no à conclusão que para manter a Pousada para o presente e para o futuro seria necessário um comprador de Alijó, que para além dos números, perceba a importância da história desse investimento no concelho, tenha coração e alma e se apaixone pela Pousada, e que não a torne em mais um ativo tóxico, como muitos outros que existem pelo País fora a todos os níveis. Foi por isto que, quando o Rui Sousa, da SurriSousa, ex-presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho de Cotas, e um jovem dinâmico do concelho, se mostrou interessado em adquirir a Pousada Barão de Forrester, tudo fizeram para que fosse ele o proprietário da mesma, pelos motivos referidos. Aproveita para clarificar mais um boato, rumor e mentira, uma canelada da baixa política que infelizmente continua a existir no concelho e País, de pessoas medíocres, incapazes e invejosos a propósito desse negócio, que consta que se envolveu diretamente nesse negócio porque iria beneficiar pessoalmente com o mesmo. Afirma que, tomara ele ser sócio do Rui Sousa, mas infelizmente não tem dinheiro para o ser, porque se tivesse faria essa parceria com ele, com todo o gosto. Mais disse que se tivesse dinheiro, ele próprio compraria a Pousada Barão de Forrester, porque acredita na mesma, e bem gerida não só é autossustentada, como dará lucro gerida numa política de proximidade e não ao longe e por telemóvel. Disse que a todos aqueles que só sabem denegrir a dignidade e imagem das pessoas, está disponível para esclarecer perante qualquer órgão a sua participação nesse negócio. Foi a mesma que teve na Gran Cruz e com todas as empresas que procura atrair para o concelho, foi cumprir com os seus deveres e obrigações de Presidente de Câmara, de criar riqueza e atrair emprego para o concelho de Alijó e não destruir os poucos que existem. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

JMG
JMG
JMG 47

Relativamente ao Regulamento do Concelho Municipal da Juventude disse que essa matéria está entregue ao Sr. Vereador competente, que dará alguma resposta quando assim for conveniente. --- No que concerne à carta remetida à Assembleia, e como disse o Sr. Presidente da Assembleia, a mesma foi entregue aos serviços da Câmara, mas tentará perceber o ponto da situação. ----- Disse que para terminar, gostaria de fazer duas referências, a primeira delas ao PDM. A Assembleia Municipal, Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia iniciaram o processo de revisão ao Plano Diretor Municipal, que é um documento de importância fundamental para o concelho de Alijó, que vai determinar o que se pode fazer agora e para o futuro, não apenas do ponto de vista urbanístico, mas também do ponto de vista estratégico. Determina, em suma, o uso racional do solo. Faz um apelo a todos os Membros para que participem ativamente no processo de consulta pública que se iniciou e que durará trinta e cinco dias. Acrescenta que gostaria de esclarecer a duração. A Lei obriga a colocar o PDM em consulta pública durante trinta dias úteis, mas como a Câmara quer conciliar o rigor com a transparência, de forma a que nenhum cidadão possa dizer que já terminou o prazo, deu mais cinco dias para além do prazo que a Lei estatui para essa consulta pública. O prazo já está a correr e podem, junto da Divisão Municipal de Gestão e Conservação do Território (Eng.^a Zélia Pinto), do Balcão Único e do site da Câmara, encontrar os documentos necessários para a consulta e participação pública de todos os cidadãos. Informa que irão constituir uma equipa permanente, da parte da Câmara com a assessoria da UTAD, para em conjunto poderem fazer a participação pública que entenderem, porque o documento não está totalmente aberto, porque tem que cumprir os requisitos que a Lei estabelece, ou seja, as participações que os cidadãos possam dar têm que cumprir o determinado por Lei (por exemplo na reserva agrícola, ecológica, etc.). Lança esse desafio. Acrescenta que tiveram uma primeira reunião com os Srs. Presidentes de Junta, que vão ser fundamentais em cada junta para recolher esses contributos, mas irão fazer mais, nomeadamente uma aberta ao público em geral, com a equipa da UTAD, que terá uma apresentação ainda mais pormenorizada, para que todos possam ter informação, para poderem participar ativamente na construção do futuro PDM que vai vigorar, no mínimo, durante dez anos. Apela mais uma vez à participação de todos no mesmo. ----- A segunda referência que gostaria de fazer é ao processo de extinção de freguesias, já havia dito na Assembleia Municipal, que iriam lutar com todas as forças, do ponto de vista político e também

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

jurídico, para evitar que no nosso concelho as freguesias desaparecesse em função desse processo (mais um) que foi gerido com pouco senso. Disse ainda que quando deram apoio às freguesias em questão, tinham pouca esperança que o processo se pudesse resolver, do ponto de vista jurídico, mas ainda restava alguma. Neste momento não têm nenhuma! Explica que o caminho, em termos de impugnação, já tem dois acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo a negar provimento a essa via, por considerarem que a mesma está relacionada com uma decisão político-legislativa da única e exclusiva responsabilidade da Assembleia da República, e negaram provimento a colegas que já fizeram o mesmo caminho, e há 100% de probabilidades de o mesmo acontecer connosco, e como se não bastasse, ainda terem que pagar as custas. Disse que perderam esta batalha, mas não perderão a guerra. Esta é a má notícia, mas a boa é que no congresso do Partido Socialista que se realizou no fim-de-semana, houve um compromisso assumido pelo secretário-geral de que se for e quando Primeiro-Ministro reabrirá este processo e o mesmo voltará à estaca zero. Pede ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, porque houve uma assessoria, um trabalho conjunto entre o Executivo permanente e não permanente no acompanhamento das juntas, e também porque não tem formação jurídica, que o Sr. Vereador Dr. Miguel Rodrigues explicasse mais em pormenor o que se passou relativamente a esta matéria, no âmbito jurídico. Disse ainda que após a Assembleia Municipal, e se os Srs. Presidentes de Junta assim o quiserem, reuniriam para esclarecimentos necessários e para tomarem uma decisão em consciência. Acrescenta que se quiserem podem continuar a contestar, mas têm que compreender que é uma contestação com muito poucas probabilidades de êxito. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Vereador em regime de não permanência, Dr. Miguel Rodrigues. -----

----- **VEREADOR MIGUEL RODRIGUES:** Como já foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara, o Executivo Camarário colocou-se à disposição dos Presidentes das Juntas de Freguesia interessados nesta questão, uma vez que as suas freguesias estavam envolvidas neste processo de agregação, no sentido de prestar todo o apoio jurídico necessário para uma impugnação para atacar também pela via judicial e não apenas pela via política esta decisão de agregação de freguesias. O Executivo permanente e não permanente tem colaborado nesta matéria, o próprio como jurista deu também uma particular ajuda, com a colaboração também da Dr.ª Vanessa Barbosa Novo,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
43

advogada da Câmara Municipal. Têm, portanto, estado todos em diálogo e cooperação no que respeita a esta matéria. O Executivo Municipal começou por se reunir com os Srs. Presidentes de Junta interessados, esclarecendo-os não apenas dos contornos da Lei que foi aprovada e publicada no final de janeiro, mas também das vias possíveis de contestação de que as freguesias dispunham, sendo que, para além da contestação política que tem acontecido, ainda recentemente a ANAFRE promoveu uma manifestação em Coimbra e também nesta Assembleia Municipal onde também já teve lugar com tomadas de decisão bastante firmes nesta matéria, existia também a possibilidade de uma impugnação judicial junto dos tribunais administrativos. Essa possibilidade foi manifestada aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, os quais levantaram reservas pelas condições financeiras, para poderem suportar estas ações de impugnação que implicariam custos consideráveis não apenas com os serviços jurídicos, mas também do ponto de vista das custas judiciais que era necessário suportar. Assim, o Executivo Municipal entendeu arranjar uma solução de modo a que as Juntas de Freguesia que o fizessem fazer, não ficassem privadas de fazer essa impugnação, ou seja não era por falta de dinheiro ou de disponibilidade financeira que essa impugnação não iria ser feita e que se iriam esgotar todos os mecanismos do ponto de vista jurídico, para que as Juntas de Freguesia pudessem atacar esta Lei na defesa dos interesses das suas populações. Assim disponibilizaram os serviços jurídicos, em colaboração com a advogada da Câmara Municipal, Dr.^a Vanessa Barbosa Novo, para, perante as Juntas de Freguesia que demonstrassem esse interesse, organizar as respetivas ações e tratar de as interpor em tribunal. Houve algumas Juntas de Freguesia que manifestaram essa vontade e é um trabalho que têm vindo a desenvolver. Por outro lado surge uma possibilidade que é a de isenção de custas, na medida em que há pelo menos uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo datada do início do ano, que reconhece a mesma às Juntas de Freguesia nos termos do Regulamento das Custas Processuais, designadamente porque estão em juízo na defesa de direitos fundamentais das populações e, nessa medida, não haveria lugar ao pagamento de custas processuais, o que era também um incentivo para as próprias Juntas de Freguesia, na medida em que o risco de terem um dispêndio era nulo e haveria uma possibilidade ínfima. Agora têm uma informação que não dispunham, é que recentemente foram disponibilizados publicamente acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, e é este que em primeira instância conhece esta matéria, porque se trata de um ato da Assembleia

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature] 44

da República, de ações que foram interpostas por Juntas de Freguesia, exatamente com o mesmo esculpe daquelas que estão a preparar, ou seja a impugnação da decisão de agregar freguesias. E para se perceber a implicação dessa decisão do Tribunal Administrativo e a decisão que estão a expor hoje, é necessário falar de dois conceitos, que são muito simples. A decisão de agregar freguesias é um ato normativo ligado à função política e legislativa da Assembleia da República ou é um ato administrativo, na medida em que tem um caráter concreto e particular no que respeita à agregação da freguesia A com a Freguesia B? A resposta a esta questão é muito importante, porque só se for entendido como um ato administrativo é que é possível a sua impugnação junto dos Tribunais Administrativos, porque se for um ato que emana da função política e legislativa da Assembleia da República não pode ser atacado pelo Tribunal Administrativo, mas sim através do Tribunal Constitucional ou através de outra Lei, como referiu o Sr. Presidente da Câmara, uma Lei que talvez venha no futuro revogar esta ou repescar este assunto e fazer alterações. Afirma que é uma questão determinante e é importante saberem como é que o Supremo Tribunal Administrativo olha para este assunto. Os acórdãos que referiu são muito claros, o Supremo entende que a decisão de agregação de freguesias não é uma ato administrativo suscetível de ser impugnado nos Tribunais Administrativos, entende portanto que é um ato normativo que emana da função política e legislativa da Assembleia da República e que não pode ser impugnado nos Tribunais Administrativos. É evidente que agora, independentemente de concordarem ou não com essa leitura do Supremo, a mesma segue uma Lei, que é a de menor esforço para o Supremo Tribunal Administrativo, porque ao entenderem que é um ato normativo e não administrativo, não conhece da questão, ou seja escusa-se de entrar no fundo da questão e a pronunciar-se sobre a mesma. Acrescenta que há pelo menos um dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que entende que uma vez que não é um ato administrativo e que não é suscetível de ser impugnado nos Tribunais Administrativos condena a Junta de Freguesia em custas, entendem que a isenção de custas não se aplica. Informa que o trabalho de preparação das ações está a decorrer e está em fase final, mas a questão que têm que colocar é se vale a pena persistir na entrada destas ações, porque se o Supremo tribunal Administrativo entendeu nestes casos que o ato em si não é impugnável junto dos Tribunais Administrativos, obviamente não vai entender de forma diferente para os casos que apresentarem no concelho de Alijó. Afirma que será inútil do ponto de vista jurídico

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

avançar com estas impugnações. Acrescenta que há ainda o risco de lhes calhar um acórdão como o que ocorreu para uma Junta de Freguesia, que a condenou em custas. As Juntas de Freguesia estão com carência financeira e terão mais destinos a dar ao dinheiro do que propriamente enriquecer os cofres do Ministério da Justiça. Naturalmente que a decisão será dos Srs. Presidentes e Junta de Freguesia interessados, e se o quiserem as ações entrarão, mas ficam conscientes de que não há qualquer hipótese, do ponto de vista jurídico, de as mesmas virem a ser procedentes e existe também o risco de pagamento de custas. Gostava de deixar uma observação, relativamente ao que está a dizer, para que não digam que o Tribunal Administrativo não deu razão às Juntas de Freguesia, isto é apenas uma apreciação formal. O Tribunal Administrativo não entrou na substância da questão. Sabem que a decisão é gravosa e penalizadora para as populações, e o Tribunal Administrativo não diz o contrário, diz que devido à sua natureza formal o ato não pode ser resolvido no Tribunal Administrativo. Afirma que a leitura a fazer é esta. Para terminar, informa que as opções são essas. Se o permitem aconselha os Srs. Presidentes de Junta a ponderarem se vale a pena persistir nesta via, uma vez que do ponto de vista jurídico já se percebeu que essa impugnação será inútil, porque o Supremo não irá conhecer desta situação. Restam então a via política, que vai prosseguir com a sua contestação e a responsabilidade política daqueles que na Assembleia da República aprovaram essa Lei gravosa e desastrada para os interesses das populações, essa via política que também terá expressão no próximo ato eleitoral autárquico; e também do ponto de vista jurídico, porque há um tribunal que pode pronunciar-se sobre esta legislação, que é o Tribunal Constitucional, que se pode pronunciar no sentido de haver ou não inconstitucionalidades nesta Lei, não tanto na Lei publicada no dia 28 de janeiro, mas na Lei-quadro que esteve na sua base, a Lei n.º 22/2012. Essa sim estabeleceu então as regras que a Lei aprovada este ano veio concretizar com a agregação das freguesias. A ANAFRE já suscitou a inconstitucionalidade da Lei n.º 22/2012, que foi reconhecida pela Procuradoria-Geral da República, que já pediu ao Tribunal Constitucional a fiscalização da constitucionalidade dessa mesma Lei. Informa que a Procuradoria-Geral da República tem poderes para solicitar essa fiscalização, ao contrário da Câmara ou mesmo da ANAFRE. Acrescenta ainda que o Tribunal Constitucional, recentemente, pronunciou-se sobre a constitucionalidade dessa Lei n.º 22/2012, no sentido em que não continha inconstitucionalidades, mas apenas numa situação circunscrita aos

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Açores. Disse que não sabe se o Tribunal Constitucional vai ou não identificar inconstitucionalidades nessa Lei, o próprio como jurista identifica várias, mas sendo inconstitucional ou não, é uma Lei gravosa que atenta contra os interesses das nossas populações, e o que insta os Srs. Membros Municipais e Presidentes de Junta é a continuar esta contestação política, porque pensa que o interesse das populações assim o exige. Acrescenta que está à disposição de qualquer Membro Municipal ou Presidente de Junta para prestar os esclarecimentos que julguem necessários em relação a esta matéria, sendo que, se os Srs. Presidentes de Junta interessados quiserem persistir na entrada dessas ações, estas estarão quase prontas a entrar e a seguir para Lisboa. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre novo Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Agradece o empenho e a solidariedade que o Sr. Presidente da Câmara tem demonstrado neste processo. Contudo lamenta que não tenham vingado as suas posições e com isto, a sua freguesia e outras, saem prejudicadas. No entanto é uma posição que não pode decidir sozinho tendo que de consultar os outros órgãos da freguesia. A Assembleia de Freguesia já foi consultada por duas vezes e mantém a mesma posição. Informa que foi autorizado a passar a procuração aos Srs. Advogados para tratar do assunto e agora limitar-se-á a explicar aquilo que já disse. Sem consultar os outros membros da Junta e da Assembleia de Freguesia, não poderá pronunciar-me quanto a isto. No entanto, agradece o empenho do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Advogados, Dr. Miguel Rodrigues e Dr.^a Vanessa Novo e posteriormente informará o que for decidido na freguesia sobre este assunto. Acrescenta que lamenta que o Sr. Deputado da Nação deste Concelho, nada fizesse para que as nossas freguesias tomassem o rumo que tomaram. É de lamentar que isto tenha acontecido e que não se encontre aqui neste momento, em que este assunto foi falado. Isto é que é de lamentar. -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Disse que gostaria de deixar aqui duas notas. Primeiro para dizer que da parte dos deputados do CDS, repudiam energicamente a extinção dos jardins-de-infância no concelho de Alijó. Afirmo que esta não é uma política de família que o CDS defende e por isso acompanharão o Executivo Camarário a rejeitar tal decisão. Acompanham também a Câmara nas preocupações no atraso das obras no túnel do Marão, já que representa, antes de mais

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

perda de dinheiro para os contribuintes e para além destes, para as empresas da região e adegas, que quando têm de fazer entregas urgentes aos clientes para além do Marão e tratar das burocracias, agravam os custos de contexto ao deslocarem-se para as grandes cidades do Porto e Lisboa. Disse ainda aos presentes, que os Membros do CDS congratulam-se com a compra da Pousada Barão de Forrester por um conterrâneo. Só assim a mesma pode cumprir o escopo para que a mesma foi criada. Coloca a questão, ao Sr. Presidente da Câmara ou ao Sr. Vereador Miguel Rodrigues, se a Câmara tem conhecimento se já existe algum recurso para o Tribunal Constitucional, do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça relativamente à extinção de freguesias.

-----**MEMBRO CLAUDIO VILELA:** Disse que gostaria de agradecer, em nome da minoria de utentes do SNS, tudo aquilo que o Sr. Presidente da Câmara vai fazer por eles. Relativamente à questão da educação, disse que não o surpreende esta posição do governo, assim como também não o surpreende a posição que a Câmara vai tomar quanto ao fecho de jardins de Infância no nosso concelho. Acrescenta que queria deixar também uma nota: numa altura em que aliado à aflição dos baixos rendimentos dos agricultores, o governo decidiu obrigar todas as pessoas com atividade agrícola e com qualquer volume de negócios, a fazer uma coleta nas finanças, o que trouxe aos agricultores enormes preocupações e transtornos, pois como toda a gente sabe a nossa população agrícola esta muito envelhecida e utilizam a agricultura como complemento das magras reformas que recebem do governo e que não dão para fazer face a todas as despesas. Juntamente com o facto dos nossos agricultores terem enorme dificuldade no tratamento de vários assuntos de ordem burocrática com algumas instituições públicas. Nesse sentido lembra o apoio que a Junta de Freguesia de Sanfins do Douro está a prestar a todos os agricultores, ajudando na sua inscrição nas finanças bem como na segurança social, á semelhança do que já fazia na entrega dos documentos do IRS. Este apoio é extensivo também a toda a população na área desportiva, na saúde, no lazer bem como no complemento das atividades do ensino pré-escolar como é o caso da natação. -----

-----**MEMBRO FILOMENA NOGUEIRA:** Disse que não se inscreveu na primeira ronda para falar sobre este assunto porque algum Sr. Membro poderia fazê-lo e não queria ser repetitiva. No entanto gostava de chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara para o mau serviço prestado pela empresa que está a fazer a recolha do lixo no nosso concelho, nomeadamente na sua freguesia. Os contentores estão atulhados de semana para semana. E com o tempo quente que se

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

aproxima, isso pode ser um atentado para a saúde pública. Refere-se nomeadamente ao contentor situado no santuário de N.ª Sr.ª da Boa Morte, que fica cheio de mês a mês. Após a recolha dos restos que ficam das feiras e dos tendeiros e, passados quinze dias, o contentor continua igual. Portanto, seria bom que o Sr. Presidente fizesse uma revisão ao contrato celebrado com esta empresa. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Disse que corrobora o que disse a Sr.ª Presidente de Junta que o antecedeu, porque isso é uma pura verdade. Os Srs. do lixo só tiram os caixotes do lixo como diz o povo “onde passa a procissão”. Só nos locais mais visíveis é que eles fazem essa intervenção. Mas para além desses locais, também acontece nos cemitérios e os contentores ficam lá aos meses, porque eles só vão aos locais mais centrais, pois na ótica deles são mais suscetíveis de haver reclamações. Ora um trabalho que é tão necessário, como é a recolha do lixo, não se pode dar a esse privilégio de só ser nos lugares centrais. Por isso foi muito oportuna a intervenção da sua colega e acha que o Sr. Presidente também deve ter alguma explicação sobre isso. Parece que já se fala em rescisão de contrato, deverá ser por essas causas, mas o Sr. Presidente melhor explicará. -----

Disse ainda que gostaria de chamar aqui à atenção, além de que é sempre importante estar sempre atento àquilo que os governos fazem, que nos infligem no dia-a-dia medidas que são quase asfixiantes é muito importante nós debruçarmo-nos sobre o que se passa dentro de portas no nosso concelho. Dá então dois bons exemplos de boa organização e da prestação de um serviço que vai de encontro às populações. Neste caso concreto está a referir-se a São Mamede de Ribatua. Estava à espera que alguém mais próximo da aldeia fizesse essa referência, mas esteve lá e viu a quão organizada é a Feira da Laranja, a quão descontraída estava aquela gente. A participação dos grupos do concelho, não se entrou em euforias de com grandes nomes, o que quer dizer que também dessa forma se ajuda a cultura concelhia. Viu o rancho “O Plátano” a atuar e viu a forma como o fizeram, muito serenos, muito empenhados. Daqui os seus parabéns para o rancho “O Plátano de Alijó”, porque nem a chuva os conseguiu demover. Continuaram a sua atuação e a dar o belo gosto de ver aquilo que temos de bom. Por isso os parabéns para a Feira da Laranja, os parabéns para o Rancho “O Plátano de Alijó” e o parabéns essencialmente para a população de São Mamede de Ribatua, na pessoa do seu presidente, que esteve empenhadíssimo naquela

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

organização e quando assim é, é bom ver estas coisas, e pena é que não haja mais iniciativas do género para que este concelho se dinamize e se continue a desenvolver. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção do Membro Fernando Quintas, no que concerne à consulta aos amieirenses disse que acha que é correto e acrescenta que a Câmara estará sempre presente para dar o apoio necessário. -----

No que diz respeito à intervenção do Membro Rogério Lima sobre os Jardins de Infância, o Túnel do Marão e a Pousada Barão de Forrester, agradece o apoio dado à posição que o Executivo tomou relativamente a estas matérias. No que respeita à questão para os recursos dos tribunais, não tem conhecimento, e portanto não lhe consegue responder diretamente a essa questão, mas talvez o Dr. Miguel Rodrigues o possa fazer. -----

No que concerne à intervenção do Membro Cláudio Vilela sobre a coleta nas finanças aos agricultores, concorda em absoluto com o que disse, tem sido de facto uma desgraça e uma catástrofe. E é verdade que a esmagadora maioria são idosos e com grandes dificuldades de lidar com estas matérias, verdadeiramente desesperados. Portanto disse que gostaria de enaltecer e dar os parabéns à Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, na pessoa da sua Presidente, e na sua pessoa cumprimenta toda a equipa, pelo facto de estar a prestar esta ajuda aos agricultores e dizer que era uma boa prática generaliza-la às restantes freguesias do concelho, porque as pessoas estão a passar por momentos de grande aflição. E o problema não é o pagar ou deixar de pagar, mas toda a burocracia. São pessoas humildes e que até se sentem ofendidas, pois parece que estão com algum atraso nas finanças. Julga que essa medida da Junta de Freguesia de Sanfins do Douro se deveria generalizar a todas as juntas: dar um apoio no acompanhamento às pessoas, sobretudo às mais débeis, mais idosas e com mais dificuldades em entender esta matéria, que muitas vezes basta preencher um formulário, ensinando-os a colocar a cruzinha no sítio certo. -----

Acrescenta que tem conhecimento que a Junta de Sanfins do Douro presta apoio também em matérias do ponto de vista fiscal, educação e desporto, inclusive também, porque não dizê-lo, até para combater a crise, o sucesso que tem sido a “Zumba” e danças latinas que fazem com que as pessoas libertem o stress e adrenalina, e portanto considera todas essas iniciativas meritórias. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

No que diz respeito às intervenções dos Membros Filomena Nogueira e António Fernandes, sobre o lixo, disse que, como sabem, abriram um concurso, porque tinha terminado o primeiro contrato de adjudicação do mesmo. Até então era a Suma que estava a fazer este serviço, nunca tendo havido problemas. Foi então aberto concurso público e apareceu uma empresa a fazer um preço que era metade daquele que era feito pela Suma. Na altura pensaram que ou a Suma andava a ganhar muito dinheiro com a Associação de Municípios (que relembra este contrato não é com a Câmara de Alijó, mas sim com a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, que engloba as sete câmaras da Associação); ou esta nova empresa não se ia aguentar. Mas como obedeciam ao caderno de encargos, e nas contratações públicas o preço mais baixo é absolutamente decisivo para a respetiva adjudicação, foi adjudicado. O que aconteceu foi que a empresa que ganhou desistiu, tendo sido substituída por outra que também desistiu, e finalmente encontra-se em laboração a terceira, a NBO. Informa que recentemente reuniram no Salão Nobre, a seu pedido enquanto ainda era Presidente da AMVDN e decidiram rescindir amigavelmente o contrato com a empresa, ou seja, a empresa reconheceu que não conseguia prestar o serviço e que não conseguia cumprir com as cláusulas contratuais, foi portanto rescindido amigavelmente o contrato. Isto quer dizer que os Membros têm toda a razão e que aliás esta situação é a prova de duas coisas: a primeira confirma o antigo provérbio popular que às vezes o barato sai caro; e a segunda é que nem sempre o *outsourcing* é a melhor solução para resolver os problemas, ou seja, nem sempre é eficaz entregar a estranhos, a empresas, aquilo que são competências da Câmara Municipal. Acrescenta que isso já será o futuro Executivo a decidir e que será dentro do novo paradigma da gestão autárquica que cada vez terá de ser feita com menos recursos. Está em cima da mesa por parte da Associação, a criação de uma empresa gerida pelas próprias autarquias, para a recolha dos lixos, porque de facto na gestão destas matérias, aquilo que é cobrado pelas empresas é verdadeiramente uma fortuna e é algo que nos está a asfixiar completamente. E não é somente a recolha dos lixos, mas tudo o que concerne com o ambiente, água, recolha de lixos, entre outras e daí estarem claramente contra a privatização do grupo das Águas de Portugal, porque são matérias relacionadas com bens essenciais e estes não devem estar sujeitos à concorrência do mercado. Não se pode viver sem acesso à água, recolha dos lixos e eletricidade e portanto, isto são situações que são naturalmente monopolistas. Afirma que a introdução de concorrência nestes setores nem

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

sempre é benéfica. Veja-se o que aconteceu com a eletricidade, introduziu-se a concorrência e os preços em vez de diminuírem, aumentaram, aliás veja-se a concorrência nos combustíveis, desafia qualquer um a fazer uma viagem Porto-Lisboa e a encontrarem a diferença de meio cêntimo nas gasoleiras! O preço é exatamente o mesmo, porque como é óbvio, quatro ou cinco empresas juntam-se e fazem oligopólio, fazem concorrência desleal, combinam os preços e ponto final. Portanto é uma matéria mais profunda do que à primeira vista possa parecer, contudo vão entretanto tentar ao nível da Associação de Municípios fazer um ajuste direto para substituir esta empresa, mas se eles antes prestavam um mau trabalho, acredita que enquanto não forem substituídos, não vão melhorar. -----

Relativamente à Feira da Laranja de São Mamede de Ribatua disse que também estava a achar estranho não haver referências à mesma e estava a deixar para o fim deste período uma intervenção sobre a mesma. Mas ainda bem que o Sr. Membro António Fernandes a focou. Disse que, como se prova, quando há vontade férrea de realizar este tipo de eventos, não há crise nenhuma que consiga evitar a realização dos mesmos. O que se pode, é realizá-los com a prata da casa como referiu o Sr. Membro e foi o que fizeram. Dá os parabéns à Junta de Freguesia de São Mamede de Ribatua, por continuar com este evento que tem duas componentes: económica, mas também componente cultural, ou não fosse São Mamede de Ribatua uma das localidades do concelho onde a questão cultural tem mais peso e mais importância. Relembra a Banda de Música, o Teatro e agora, inclusive, um grupo coral que entretanto também foi criado em São Mamede de Ribatua. Acrescenta que foi com muito gosto que esteve presente na abertura da feira. Lamentavelmente não pôde estar no sábado e domingo por motivo de acompanhamento do Congresso do Partido Socialista, onde era delegado, porque também se discutiram muitas coisas que direta e indiretamente têm a ver com o nosso futuro. Reitera os parabéns e disse que de facto, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista cultural, esta feira deve manter-se, porque para além de ser uma realização ótima (como por exemplo também a Feira dos Produtos da Terra do Amieiro), exalta aquilo que há de melhor e permite que todo o concelho possa contemplar e ao mesmo tempo usufruir de uma das reabilitações urbanas que mais gosto lhe deu realizar, enquanto Presidente de Câmara, até porque acompanhou vários mandatos e foi uma coisa planeada, com visão temporal, que é toda aquela requalificação feita ao lado da ribeira de São

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

52

Mamede de Ribatua. Dá os parabéns sobretudo à população, que inclusive tiveram a simpática ideia de por na placa de São Mamede de Ribatua, uma aldeia feliz. Como é bom ver, nos tempos que correm, alguém considerar-se feliz, não obstante as dificuldades. -----

No que se refere aos Ranchos Folclóricos também não podia estar mais de acordo e faz também uma referência ao Rancho “O Plátano de Alijó”. O seu colega de Carrazeda de Ansiães teve há pouco tempo o prazer de assistir a uma atuação do Rancho “O Plátano de Alijó”, e teve o cuidado de lhe dar os parabéns pessoalmente, quer pela atuação do rancho, quer pelo rigor das fardas, etc. E como também é bom ver um colega, porque não é normal, nem vulgar, fazer questão de me dizer que no concelho de Alijó há de facto um grande rancho, que tiveram uma grande atuação em Carrazeda de Ansiães e que ficaram agradavelmente surpreendidos, quer com o desempenho, quer com as fardas, portanto é bom recebermos também estas notas pela positiva. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Vereador em regime de não permanência, Dr. Miguel Rodrigues. -----

----- **VEREADOR MIGUEL RODRIGUES:** Relativamente à questão colocada pelo Membro e colega Dr. Rogério Lima que cumprimenta, o conhecimento que têm em relação a esses acórdãos que aconteceram na sequência da impugnação do despacho do relator que indeferiu liminarmente estas providências cautelares, terão transitado em julgado. Portanto, não é do nosso conhecimento que tenha havido qualquer recurso para o Tribunal Constitucional. De referir também que têm estes acórdãos e se algum Membro Municipal, e em particular o Sr. Dr. Rogério Lima que é também jurista, pretender uma cópia, será disponibilizada sem qualquer problema. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos* “Relatório Anual de Avaliação de Atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó, referente ao ano de 2012”. Informa os Membros que este relatório tem de ser apresentado à Assembleia Municipal todos os anos, e contém os dados estatísticos da atuação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Alijó. Trata-se de um relatório para que a Assembleia tome conhecimento, não requerendo votação. Tem a constituição da Comissão, alargada e restrita, tem os processos que transitaram, bem como todos os procedimentos tomados ao longo do ano. Abre período de inscrições não se tendo inscrito nenhum Membro. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature in blue ink, with the number 63 written next to it.

Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Relatório Anual de Avaliação de Atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó, referente ao ano de 2012”, a Assembleia tomou o devido conhecimento. -----

Introduz o Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2012”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo. -----

*-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Disse que a chamada conta de gerência do ano transato, reflete a atividade do Executivo Municipal nesse mesmo ano. Como está plasmado no próprio documento é avaliado pelo seu grau de execução. O grau de execução relativamente ao ano de dois mil e doze foi marcado por dois factos fundamentalmente. O primeiro a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, de 21 de fevereiro de 2012, que obviamente marcou de forma indelével toda a execução desse ano, na medida em que por exemplo não os permitiu transferir verba alguma para as Juntas de Freguesia, o que uma vez mais lamenta, porque era algo com que o que contavam. Não os permitiu também transferir verbas para as associações culturais, sociais, recreativas, etc. O que quer dizer que o Plano de Atividades Municipais, que tem a ver com os eventos, com o apoio da autarquia a atividades que não são por si diretamente organizadas, ou a obras que não lhe pertencem diretamente, ou de tudo aquilo que no fundo tem a ver com o apoio à atividade que não é diretamente da responsabilidade camarária, foi impedido por lei. E portanto a execução é de facto muito pequena, quase perto do zero, com apenas uma ligeira execução enquanto a Lei não entrou em vigor, referente ao mês de janeiro. Lamenta, sobre esse ponto de vista, que esta conta de gerência é a mais fraca desde o 25 de abril até agora, porque esta lei impediu de executar o que estava planeado. Disse ainda que se verifica uma diminuição da dívida de curto, médio e longo prazo, porque foram feitos pagamentos do primeiro saneamento financeiro. Este é um aspeto positivo, pois conseguiram transferir dívida de curto prazo, para dívida de médio e longo prazo. -----*

Acrescenta que está referido e bem refletido nesta conta de gerência, a verba de cerca de um milhão de euros, que retiraram no chamado fundo de reequilíbrio financeiro, por causa da

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

54

ultrapassagem dos limites de endividamento e que com o PAEL vai ser devolvido e permitirá fazer esses pagamentos. -----

Mais disse que também está refletido nesta conta de gerência, uma diminuição clara das despesas de capital em detrimento das despesas correntes, que está relacionada com os fundos comunitários, pois o governo reestruturou o QREN, obrigando a uma paragem, mesmo a projetos que já estavam em marcha. Foi um acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios, designado de “Operação Limpeza” e que consistiu em que as obras que estavam contratualizadas, mas que ainda não tivessem saído do papel, caíam para poder afetar essas verbas a outros destinos. Disse que concorda genericamente com essa atitude, pois em tempos de crise isso teria que ser feito, mas depois refletiu-se aqui, pois já há dois anos não têm nenhuma obra candidatada a fundos comunitários, porque tinham uma série de atividades que estavam em *pipeline* e que pararam, porque de facto com esta reestruturação não foi possível avançar com as mesmas. Entre essas candidaturas, lembra a título de exemplo, a Rua António Manuel Saraiva do Pinhão, a requalificação do Cais do Pinhão que até era do IPTM e era fundamental para este aumento do tráfego fluvial e que também caiu e que é um investimento que se não for o Estado a fazê-lo, os operadores não o vão realizar, bem como outras candidaturas. Portanto esse aumento das despesas correntes em detrimento das despesas de capital tem a ver com essa situação. Acrescenta que há uma coisa que não o agradou nesta reprogramação, foi que o Norte tivesse sido a principal vítima desta operação limpeza, porque retirou do Norte cento e trinta milhões de euros ao Programa Operacional da Região Norte. Ora não há a nível de todas as outras Comissões de Coordenação nada que se pareça. A que esteve mais perto chegou aos setenta milhões. Até hoje ninguém lhe conseguiu explicar isto. As explicações que lhe dão é que somos muito dinâmicos e tínhamos muitos projetos, alguns mesmo na bolsa de mérito, os outros como não tinham, não podiam ser retirados. Considera que isso é um benefício ao infrator, ou seja fomos penalizados por termos sido eficientes. Não concorda com essa visão, mas foi a única explicação racional que lhe foi dada. Portanto, isto é aqui refletido nesta conta de gerência. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre período de inscrições não se tendo inscrito nenhum Membro. Coloca a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2012”*, sendo aprovado por maioria, com 21 votos a favor

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

mg
55

dos Membros da bancada do PS e 6 abstenções dos Membros da bancada PSD/CDS. -----

Introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação da 4.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, que se traduz na 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal"*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Disse que estas modificações são uma norma da forma de gerir planos de atividade e orçamento e que têm na sua raiz o facto de quando eles são concebidos a realidade ser uma, quando começam a ser executados, a realidade normalmente é outra. Neste caso concreto, a situação tem a ver com o encaixar a receita do saldo da conta de gerência anterior, no valor total de 1.182.103,06 euros. Todos os anos têm que fechar o ano económico para abrir o ano económico seguinte e normalmente isso acontece num momento em que não se podem realizar operações contabilísticas devido ao fecho do ano económico. Entre o fecho do ano económico e o reinício de outro ano há receita que entra e despesa que sai e neste caso concreto, tiveram um *superavit*, o que também é significativo, pois isto quer dizer que no ano de 2012 entre toda a despesa que fizeram e toda a receita que arrecadaram, tiveram um *superavit* de quase um milhão e duzentos mil euros. Esta operação serve para encaixar este *superavit* de um ano para o outro e é esse o motivo pelo qual esta operação tem de ser realizada. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre período de inscrições não se tendo inscrito nenhum Membro. Coloca a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação da 4.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, que se traduz na 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal"*, sendo aprovado por maioria, com 21 votos a favor dos Membros da bancada do PS e 7 abstenções dos Membros da bancada PSD/CDS. -----

Introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos "Informações n.ºs 64/2013 e 83/2013 da Divisão Municipal Financeira para Aprovação dos Encargos Plurianuais"*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

56
[Handwritten signature]

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Disse que esta é mais uma consequência da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, neste caso uma consequência burocrática. Para se poder realizar despesas correntes, tiveram de aprovar uma deliberação em Reunião de Câmara e outra na Assembleia Municipal, para permitir que o Executivo pudesse realizar despesas na ausência do fundo disponível correspondente, tendo em conta a nova definição deste conceito aprovado pela Lei. Mas isto obriga à prestação de contas ao órgão que permitiu fazer esta despesa. Portanto, desde logo, isto é uma obrigação legal, decorrente da Lei dos Compromissos, ou seja, a Assembleia Municipal permitiu, sobre proposta da Câmara, que se realizassem um conjunto de despesas, agora a Câmara tem que dar conta à Assembleia Municipal quais as despesas que foram realizadas e para quê. Assim, estas duas informações têm um mapa com as despesas pagas aos Programas Ocupacionais na área da educação. Trata-se de pessoas que estão a receber apoios sociais do estado, e que em vez de os estarem a receber em casa sem fazer nada, o que é desde logo negativo numa dupla perspetiva, é negativo para a própria pessoa porque está sem atividade, sem trabalho e o trabalho é fundamental para o equilíbrio psicossomático das pessoas e para a realização enquanto seres humanos. Mas também é benéfico, porque desta forma o Estado está a rentabilizar os apoios que dá, pois essas pessoas com o que recebem do Estado e mais vinte por cento da Câmara (que tem a ver com o subsídio de alimentação e com o seguro) podem, no fundo, receber um pouco mais e realizam-se. Também acabam por dar cobertura a necessidades de trabalho da própria autarquia, que não pode contratar funcionários porque está congelada a admissão de pessoal. Portanto, se não fosse a admissão destes recursos humanos, não poderiam dar sequência a essas necessidades. Mas como essas pessoas foram para ajudar nas escolas, elas têm que se deslocar diariamente. O que está refletido neste mapa são os pagamentos de deslocação a essas pessoas como se houvesse uma carreira pública. O que aí está é a totalidade do que lhes foi pago. Para terem uma noção, daqui para o Castedo, a deslocação diária fica em 3,01€ ir e vir. Não paga totalmente a deslocação, mas dá uma cobertura financeira para a mesma. De qualquer das formas é o que a Lei estabelece e impõe e por isso podem ver a tabela de equivalências, distâncias e preços de carreiras de passageiros. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre período de inscrições tendo-se inscrito o seguinte Membro: -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MCP 57

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Como é o último ponto da ordem de trabalhos, disse que gostaria de felicitar o Sr. Presidente da Câmara, por ter aprovado o orçamento da câmara sem nenhuma intervenção. Não teve elogios, mas também não teve críticas, deve ficar na história. Assim sendo gostaria de dizer que se debruçou sobre o documento e do que se informou, constatou que se trata de uma despesa com transportes de trabalhadores e que só fica bem ressarcir os trabalhadores das despesas que efetuaram para os seus locais de trabalho que lhes foram destinados. Por isso acha que temos de votar esta medida. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos "Informações n.ºs 64/2013 e 83/2013 da Divisão Municipal Financeira para Aprovação dos Encargos Plurianuais"*, sendo aprovado por maioria, com 21 votos a favor dos Membros da bancada do PS e 7 abstenções dos Membros da bancada PSD/CDS. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** A seu pedido dá a palavra a Membro Estrela Rocha: -----

-----**MEMBRO ESTRELA ROCHA:** Disse que pediu a palavra para felicitar o Sr. Membro Telmo Pinto pois está de parabéns por ser o seu aniversário, desejando-lhe felicidades em nome de toda a Assembleia. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá por terminados os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----

A Mesa

João Manuel Gomes de Lente
Humberto Costa
Maria Filomena Cunha Santo Vazquez

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.04.29